

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

EDSON VIOLIM JÚNIOR

**Reconfiguração da função social das Forças Armadas no período de 2007 a
2011: entre a nova realidade nacional e as demandas internacionais.**

Mestrado em História

**São Paulo
2013**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

EDSON VIOLIM JÚNIOR

**Reconfiguração da função social das Forças Armadas no período de 2007 a
2011: entre a nova realidade nacional e as demandas internacionais.**

Mestrado em História

**Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São
Paulo como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre
em História sob a orientação da
Profª. Drª. Vera Lúcia Vieira**

**São Paulo
2013**

BANCA EXAMINADORA

Ao meu grande camarada e amigo Koba

AGRADECIMENTOS

A infinita paciência e bondade da minha orientadora Prof^a. Dr^a. Vera Lucia Vieira.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Resumo

O presente trabalho resulta de uma pesquisa sobre a reconfiguração da função social das Forças Armadas brasileiras no plano nacional e internacional, relacionando-os notadamente com a modernização e o reaparelhamento destas durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011). Ao longo desta dissertação procurei compreender como através de mudanças nas esferas socioeconômicas e políticas foi possível concretizar-se tal intento.

Palavras-chave: Forças Armadas, nacionalismo, política externa, capitalismo.

ABSTRACT

This work results from a study on the reconfiguration of the social function of the Brazilian armed forces at the national and international, relating notably to the modernization and re-equipment of these during the government of President Luiz Inacio Lula da Silva (2007-2011). Throughout this dissertation sought to understand how through changes in socioeconomic and political spheres could materialize such intent.

Keywords: military, nationalism, foreign policy, capitalism.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – GEOPOLÍTICA BRASILEIRA: autocracia, neonacionalismo e globalização.	
1.1 – Tracejamentos militares da geografia e da política nacionais.....	19
1.2 – O internacionalismo militar, a autocracia de 1964 e a auto-reforma do regime.....	30
1.3 - O Brasil na era do neonacionalismo, do neoliberalismo e da globalização.....	45
CAPÍTULO II – A REFORMULAÇÃO DO PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NOS PLANOS NACIONAL E INTERNACIONAL	
2.1 – A experiência militar brasileira no Haiti.	55
2.2 – Eixos da Estratégia de Defesa Nacional e a nova visão de segurança.	64
CAPÍTULO III – O CHOQUE DE REALIDADE.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
FONTES.....	101
BIBLIOGRAFIA	107

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto a análise das políticas públicas definidas e implantadas no período correspondente ao segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva de 2007 a 2010 e no primeiro ano do governo Dilma Rousseff (2011), para as Forças Armadas Brasileiras. Pretendo contribuir para o entendimento das resignificações das Forças Armadas na sociedade brasileira no período citado, decorrentes da aplicação de tais políticas, que se revela tanto nas atribuições assumidas pelos militares no cenário nacional e internacional, quanto no investimento feito para este setor, isto é, o que se denominou modernização.

Este foi um momento de intensas transformações geopolíticas, ideológicas e econômicas decorrentes tanto das mudanças internas do país, a mais relevante foi o fim da ditadura brasileira (1964-1985, apesar da celeuma gerada ultimamente a respeito da denominação a esse período histórico, tomo a posição de denominá-lo de ditadura) e uma acelerada mundialização do capital, denominada por vários autores como globalização.

Nos anos 1990, ainda nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC foi presidente por dois mandatos consecutivos 1995-1998 e 1999-2002), o Brasil adotou vários modelos neoliberais, tais como uma agenda contendo um amplo programa de privatizações, enxugamento das estruturas estatais, autonomizando as relações de mercado, assim como deu continuidade à desregulamentação do trabalho.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso consolidou-se o controle da inflação, tal medida, no entanto tornou ainda mais agressiva a atávica concentração de renda vigente no país ao longo do século XX. Os segmentos mais fragilizados da sociedade continuam em condição de penúria, tal situação coloca o país no cenário mundial como detentor do título de um dos maiores fossos sociais do planeta.

No cenário internacional, o processo de globalização acelerava a leucemização de fronteiras nacionais já que o mercado que se autorregulava mundialmente se punha como soberano sobre os Estados nacionais. É neste contexto que questões antes tratadas de modo hegemônico pelos países

centrais, como, por exemplo, a Guerra dos Balcãs (1991 e 1995),¹ os conflitos na África e problemas ecológicos da internacionalização, passaram a ser objeto de discussão em encontros realizados no Brasil, como ocorreu durante a Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro denominada também como Rio-92 ou ECO-92.

Todas essas questões explicitam um cenário de múltiplas tensões e temporalidades, no interior das quais se observa a discussão sobre o papel que caberia aos militares. Isto porque, dado o papel de protagonistas assumido pelas Forças Armadas até tempos recentes na História do país, tanto no interior das casernas, quanto na mídia e no poder público, desde 1985 nas mãos de civis, a necessidade ou não de sua presença foi recorrentemente discutida por diversos setores da sociedade civil e repostada pelo poder público, ao longo da década de 1990 e até os dias em que redigimos a presente pesquisa.

A cada momento uma destas discussões, seja para resolver problemas internos, seja para implantar políticas vinculadas aos acordos internacionais, a função social que lhes caberia era objeto de análises e discussões.

Concomitantemente, os militares também se pronunciavam, revelando sua própria percepção da função social que consideravam ser seu dever cumprir. As posições eram múltiplas e os fundamentos apresentados por este segmento ou setor da sociedade revelam muito sobre as posições ideológicas inerentes nos pronunciamentos. Não será possível analisar, no interior de uma dissertação, o universo aqui referido. Assim, procedemos a um recorte: analisamos as políticas públicas definidas para as Forças Armadas no período acima citado, emanadas de um órgão do Governo criado na gestão do então presidente Lula, a Secretaria de Assuntos Estratégicos², para a qual foi nomeado o civil Mangabeira Unger³.

¹ As diferenças étnicas e religiosas vigentes na região dos Balcãs vêm à tona, com a extinção da Iugoslávia, ocorrida no bojo das transformações que o leste europeu sofria após a queda do muro de Berlim (1989) e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas URSS (1991). A guerra durou 1991 a 1995, opôs eslovenos, croatas e bósnios a grupos armados sérvios.

² A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) é órgão do governo federal com status de Ministério, tendo por função "formular o planejamento nacional de longo prazo; a discussão das opções estratégicas do país, considerando a situação presente e as possibilidades do futuro; a articulação com o governo e a sociedade para formular a estratégia nacional e desenvolvimento de longo prazo; elaboração de subsídios para a preparação de ações do

Unger protagonizou a discussão junto à sociedade civil, de um projeto de reformulação das Forças Armadas e de suas funções sociais, concomitantemente a uma reformulação das diretrizes geoestratégicas das Forças Armadas brasileiras, contempladas no documento Estratégia Nacional de Defesa.

Tal fato só foi possível com o surgimento do Ministério da Defesa que fora criado visando centralizar o comando superior das Forças Armadas constituídas pela Aeronáutica, Marinha e Exército, tendo como ministro um civil⁴.

A ampliação da produção de pesquisas e de teses, assim como o surgimento ou aumento da visibilidade de grupos de estudos como o Centro de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas, o Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas Públicas e Estratégia da Universidade de São Paulo, o Centro de Estudos Estratégicos da Defesa da Universidade Estadual Fluminense e o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos da Universidade de Brasília vêm colaborando com os estudos sobre a questão militar principalmente após o último período em que os militares estiveram no poder (1964-1985).

Teriam os gastos com as Forças Armadas significado sua renovação e incentivado a indústria bélica no país? Qual era o cenário da indústria naquele período de forte desindustrialização de uma economia globalizada?

Durante este período, uma das justificativas para muitas das políticas implantadas era a necessidade de o país ampliar seu poder de intervenção no cenário político internacional, conquistando uma cadeira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o que não era novo nas

governo, além da coordenação e secretariado do funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social". A SAE foi criada 23 de julho de 2008 pela Lei 11.754, atualmente (2012) seu titular é o Ministro de Estado Chefe Wellington Moreira Franco. In <http://www.sae.gov.br/site/>

³ Roberto Mangabeira Unger nasceu no Rio de Janeiro e se formou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Leciona desde 1971, na Universidade de Harvard nos Estados Unidos. É membro eleito vitalício da Academia Americana de Artes e Ciências. Há trinta anos atua como ativista político no Brasil, lutando por mudanças no rumo do país. Foi o titular da SAE no período de 2007 a 2009.

⁴ O Ministério da Defesa foi criado em 10 de junho de 1999 durante do governo de Fernando Henrique Cardoso, acarretando a extinção do Estado-Maior das Forças Armadas, e a substituição dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica, transformados em Comandos do Ministério da Defesa. Ocuparam a pasta desde a sua criação: Élcio Álvares, Geraldo Magela da Cruz Quintão, José Viegas Filho, José Alencar, Waldir Pires, Nelson Jobim e Celso Amorim.

pretensões brasileiras. Nessas condições, qual ganho geopolítico o país teve? Qual vantagem o Brasil teria em conseguir uma cadeira como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU? Quais foram os compromissos assumidos pelo governo que envolveu os militares em ações internacionais em nome do referido projeto de reformulação do setor, e estaria isto em consonância com o que foi definido no documento talhado no interior da armada, a Estratégia Nacional de Defesa?

As discussões que vieram a público estão diretamente afetas ao projeto estatal de defesa, exarado da Secretaria de Assuntos Estratégicos através da Estratégia Nacional de Defesa; informam a extensão do papel que coube aos militares: vão da instalação da base militar brasileira compondo as forças da ONU no Haiti, perpassando pela defesa nacionalista ante um possível discurso sobre uma hipotética internacionalização da Amazônia, por um boato de ataque venezuelano ao Brasil, decorrente de uma divergência sobre a mercantilização do petróleo daquele país para o nosso, chegando até a discussão sobre seu papel na exploração ou defesa dos mares ante as bem sucedidas prospecções e que se revelaram na descoberta das jazidas de pré-sal, o que, indicam tais documentos, já era de conhecimento dos militares desde os tempos da ditadura.

O discurso que poderíamos denominar de neonacionalista aparece nas fontes primárias que discute, entre outras coisas, as fragilidades do controle estatal da Amazônia e o seu entorno, desde o enfraquecimento do projeto Calha Norte⁵, até posicionamentos sobre biodiversidade de espécies animais e

⁵ O Projeto Calha Norte foi criado em 1985, durante o governo de José Sarney (1985-1989). Tinha por objetivo povoar as fronteiras brasileiras com o Peru, Colômbia e Venezuela, localizadas na região amazônica. Para tanto precisava melhorar a infraestrutura dos territórios ao norte dos rios Solimões e Amazonas e instituir povoados na região. A principal motivação era evitar invasões dos guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Em 1985, mais de cem combatentes teriam entrado no Brasil fazendo reféns em busca de abastecimento. Durante a breve e deletéria presidência de Fernando Collor (1990-92), o projeto Calha Norte deixou a lista de prioridades do governo. Após dez anos de verba restrita em 1999 o projeto recebeu cerca de R\$ 1,2 milhão, contra o equivalente a R\$ 47 milhões dez anos antes. No ano 2000, o Ministério da Defesa anunciou a criação de quatro pelotões para fundar cidades na região da Calha Norte. A verba para o projeto em 2000 era de R\$ 24 milhões. Tal projeto ainda está em vigência.

vegetais que conduzem as estratégias de liderança dos aspectos diversos da biotecnologia⁶.

Mas as discussões sobre as funções sociais dos militares não se restringiam às questões internacionais, de defesa da pátria ou dos interesses da nação, envolvendo os questionamentos sobre seu papel interno enquanto agentes contra insurgências internas das mais diferentes origens (narcotráfico, fronteiras, favelas, segurança institucionais de líderes estrangeiros, terrorismo, movimentos sociais).

Os assuntos referidos acima atingiram níveis de polêmica que reverberaram na sociedade brasileira, a tal ponto que a consideração de que as Forças Armadas teriam função preponderante tornou-se bastante razoável, embora sem atingir consenso algum. Outro tema específico que exacerbou ânimos foi à presença das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) nas proximidades da fronteira norte do Brasil, o que representa para alguns setores um grande perigo a soberania nacional.

Tal reconfiguração da importância dos militares no cenário nacional justificou gastos, novos modelos geoestratégicos, realinhamento com outros países que anteriormente eram relegados a um segundo plano se compararmos ao privilégio dado às relações Brasil e Estados Unidos. A vigente bipolaridade que predominou nos anos de 1950 em diante cedeu lugar a uma multipolaridade de onde emergiram novas questões.

Como ainda se demonstrará nessa dissertação, uma análise mais acurada dos gastos militares decorrentes de todos esses argumentos, no entanto, demonstram que a realidade ainda depõe contra as pretensões hegemônicas militaristas, uma vez que, em sua composição, os gastos com a defesa vêm sendo abocanhados pela preservação do *status quo* e de sua própria reprodução, ou seja, gastos com o pessoal e pensões.

A metodologia aplicada a esse estudo aponta para investigações nos documentos produzidos pelo Ministério da Defesa, levantando os conceitos que harmonizam discursos ideológicos com argumentos que se coadunam com

⁶ Define-se biotecnologia pelo domínio de técnicas que englobam a manipulação de organismo vivo para a obtenção de produtos específicos ou modificação destes, tal tecnologia envolve a manipulação do ácido desoxirribonucleico (DNA) in <http://www.cib.org.br/>.

práticas efetivas de incorporação desses novos valores, como, por exemplo, o respeito à democracia e os direitos humanos.

Por outro lado, as mídias têm reverberado de modo bastante contraditório sobre tais questões, ora reafirmando o complexo discurso oficial, ora discordando de tais posições. Nesse sentido, o trabalho com tais documentos demanda cuidados por parte do pesquisador.

O trabalho com fontes midiáticas tais como jornais e internet, requer especial atenção, uma vez que interesses diversos se fazem presentes em tais documentos. O papel do dono da empresa, os vínculos políticos do veículo, as inclinações do articulista, as fontes consultadas, tudo isso e muito mais tecem discursos por vezes muito uniformes e coerentes que são também e principalmente discursos ideológicos. Portanto, é no imbricamento de uma pluralidade de tais fontes que o pesquisador dá a ver as contradições e ambiguidades de tais discursos.

Faz-se necessário um breve preâmbulo sobre o período a ser trabalhado. O recorte temporal escolhido será o período de 2007 a 2011, o que nos coloca no âmbito das discussões sobre a História do Tempo Presente. Sabemos que se tornou praticamente um consenso o fato de que o historiador tem necessidade de trabalhar e estudar um período que já ocorreu, que se tornou passado, a necessidade do afastamento para percepção de rupturas, caminhos que foram delineados, o caminho tomado pela História. Ainda dentro de desta visão tradicionalista, percepções totais são praticamente impossíveis quando estamos estudando um período que não se findou, que está ocorrendo ou se delineando, ainda creem “que a distância do tempo propiciaria a isenção das emoções”⁷.

A visão acima ainda está enraizada entre muitos historiadores, pois para esses o presente ficaria a cargo da sociologia. Porém, alguns historiadores e práticas historiográficas vêm rompendo com essa visão e pensando a história do tempo presente como uma possibilidade, ensejando questionamentos tais como: Não seria o passado aquilo que já aconteceu? Como limitar as fronteiras? Vivemos em uma sociedade em que a noção do passado, do velho, ultrapassado se agudiza dia a dia. O ontem já é o passado na atual sociedade.

⁷ PORTO, Gilson (org.). *História do tempo presente*. São Paulo, EDUSC, 2005.

Portanto, o entendimento de uma historiografia, que tem como paradigma a modernidade, se atém como marco à Segunda Guerra Mundial para distinguir o que seria o tempo passado e o presente no estudo histórico. Já outra visão “que tem como referência uma pós-modernidade e que não tem, necessariamente, nas noções de passado e presente, linhas divisórias para a escolha de seus objetos de estudo; essa escolha está informada pelo objeto em si, e a construção de sua temporalidade será tarefa precípua do historiador”⁸.

Existem duas instituições que vêm trabalhando com a ideia da História do Tempo Presente, o *Institute of contemporary British History*, ligado à *University of London*, que organiza seminários e conferências sobre a história do Reino Unido do século XX, com ênfase no pós Segunda Guerra Mundial, e o IHTP - *Institut d’Histoire du temps Présent*, vinculado ao CNRS - *Centre National de la Recherche Scientifique*, criado na década de 70 na França, enfocando os estudos sobre a França também do pós-Segunda Guerra Mundial. Os trabalhos do IHTP possibilitam um lugar para se pensar sobre a história do tempo presente como uma disciplina da História.

Há indícios de uma mudança na noção de espaço e tempo que afetam a percepção do passado, do futuro e do presente: o cerne não seria mais o que aconteceu e sim o que é necessário reter, como também os acontecimentos sobre os quais temos de alguma forma, capacidade para intervir, segundo a historiadora Helena Isabel Muller.

O trabalho com a história recente implica em desafios que não podem abandonar o horizonte do pesquisador.

A História do Tempo Presente “aparece, assim, como um estudo da história dos homens e mulheres que se dá em um passado sem fronteiras, construção de um corpo teórico apreendido por um historiador que é ele mesmo, uma testemunha da história da humanidade enquanto presente, passado e futuro. O presente torna-se passado não por sua cronologia ou pelo seu distanciamento do presente por nós vivido, mas pela construção que o historiador faz de seu objeto de estudo, da maneira pela qual vai olhar/ler/sentir as fontes e pela crítica que faz ao presente ao fazer a história do passado”⁹.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

Eric Hobsbawm também problematiza a questão de se trabalhar com o tempo presente. Para ele, existem três questões a serem levantadas: “o da própria data de nascimento do historiador ou, em termos mais gerais, o das gerações; os problemas de como nossa própria perspectiva do passado podem mudar enquanto procedimento histórico; e como escapar às suposições da época partilhadas pela maioria de nós”¹⁰.

Com relação às fontes a serem utilizadas, o historiador terá algo completamente diferente de outros períodos, onde normalmente se tem falta de material. No período estudado ocorre justamente o contrário, há normalmente um excesso de material a ser pesquisado: jornais, revistas, rádio, televisão, internet, fontes orais, além da própria produção documental do governo. Enfim, uma profusão de fontes.

Tendo em mente todos esses percalços a serem ultrapassados, cabe ao historiador do tempo presente ficar atento às armadilhas ao trabalhar com um recorte temporal que ainda está tomando corpo, delineando-se. Diante do exposto a utilização de fontes contemporâneas ao historiador torna-se tão válida quanto aquela que se distanciam séculos de um pesquisador, invalida-se a argumentação “da necessidade de distanciamento temporal da fonte e do pesquisador”. Pode-se desenvolver de maneira objetiva uma pesquisa vinculada a contemporaneidade.

É exatamente com que nos deparamos quando encetamos a análise das fontes coletadas, visando a atingir o objetivo de compreender o que denomino de neonacionalismo brasileiro. Utilizo esse termo mesmo sabendo a dificuldade de defini-lo.¹¹ O termo nacionalismo é utilizado para justificar uma série de medidas políticas e econômicas adotadas pelo governo federal. Infiro que tais práticas tenham como escopo a entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Essa política configura-se através de vários fatos que ocorreram na cena política durante o mandato do presidente Lula e mais recentemente na presidência de Dilma Rousseff (2011-2015).

O ponto mais visível desse objetivo é sem dúvida, o propalado reaparelhamento das forças armadas brasileiras. O Brasil já tem compromissos

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo, Cia das Letras, 2000, pp. 243.

¹¹ _____. *Nações e Nacionalismo*. São Paulo, Paz e Terra, 2008, pp. 116.

firmados de aproximadamente 21 bilhões de dólares na área de defesa, não considerando os gastos com o programa FX-2¹².

A produção acadêmica envolvendo o tema é extensa, entre ela podemos destacar os livros:

A razão Armada de Cândido Mendes em que temos uma análise sobre “a especificidade do regime militar brasileiro, após o colapso do desenvolvimento democrático da metade do século, que confrontou o velho *status quo* semicolonial do país. Responsáveis pela queda do Império, as Forças Armadas manteriam um protagonismo latente durante a Primeira República que se avolumou nos tempos da Guerra Fria, condicionada pela sua polarização ideológica. Não obstante, conservavam o compromisso com a ordem e progresso, somando ao empenho pela modernidade e pelas políticas públicas para o seu advento. Donos do poder em 1964, os militares tecnocraticamente relançavam a mudança, a que se seguiram a descompressão e a volta ao estado de direito. Porém, à custa das violações dos direitos humanos, limitações da cidadania e ditadura da informação contra a liberdade do dissenso”.

Segurança & Defesa Nacional - da competição à cooperação regional organizado por Eliézer Rizzo de Oliveira trata-se de dezesseis textos dos mais diversos especialistas que irão pensar a sua área de atuação relacionando-a com o tema central, a obra está dividida em duas partes: Parte I - Contexto Regional e Parte II – Brasil: Segurança e Defesa Nacional.

Política de defesa no Brasil de Domício Proença Júnior e Eugenio Diniz analisa as principais medidas a serem tomadas para a concretização de uma Política de Defesa. Explicita que esta Política é mutável, e principalmente que ela mesma necessita de meios, recursos e institucionalização adequada para ser estabelecida.

¹² Tal programa destina-se a compra de aeronaves de superioridade aérea, trinta e seis novos caças para a Força Aérea Brasileira (FAB), a um custo atual (2012) entre US\$ 6 e 8 bilhões. A licitação iniciou-se em julho de 2000 na segunda presidência de Fernando Henrique Cardoso dentro do Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, que visava o reaparelhamento da FAB. Com investimentos totais de US\$ 3,354 bilhões no período de 2000 a 2007, visando à aquisição e construção de aviões de transporte, combate e de helicópteros pesados. Os finalistas da licitação foram a Boeing norte-americana, a Saab sueca e a Dassault francesa, porém até o ano de 2012 não se chegou a um resultado, a procrastinação se arrastou até o governo da presidente Dilma Rousseff. Acredita-se que decida quem será o vencedor da licitação em 2012 ou 2013.

Política externa, defesa e armamentos de Shiguenoli Miyamoto o texto “analisa política externa e de defesa brasileiras, enfatizando a política atual da indústria de defesa levando em consideração vários aspectos que ocorreram nos últimos anos: a elaboração do primeiro documento sobre Política de Defesa Nacional em 1996, a criação do Ministério da Defesa em 1999, a versão atualizada da Política de Defesa Nacional em 2005, e a iniciativa mais importante na área, a Estratégia Nacional de Defesa em 2008”.

CAPÍTULO I – GEOPOLÍTICA BRASILEIRA: autocracia, neonacionalismo e globalização.

1.1 – Tracejamentos militares da geografia e da política nacionais.

O estudo da produção geopolítica brasileira se faz necessário uma vez que a maioria dos posicionamentos estratégicos tomados pelo governo leva em conta estudos e preocupações delineadas por esse ramo do saber, que em sua grande maioria foram pensados por militares.

A presença dos militares na política brasileira vem de longa data. A última aparição no palco inicia-se no golpe cívico-militar de 1964 encerrando-se em 1985. A gênese dessa ditadura, dessas intervenções e ingerências, está, sem dúvida, centrada de maneira mais clara no movimento tenentista.

O tenentismo foi um movimento de caráter político-militar, que ocorreu no Brasil nas décadas de 1920 e 1930, participando principalmente a jovem oficialidade, tenentes, mas também, em menor monta, capitães e majores do Exército Brasileiro. Os tenentes contestavam a ação social e política dos governos representantes das oligarquias cafeeiras e, embora tivessem uma posição conservadora e autoritária, defendiam reformas políticas e sociais, combatiam a corrupção e pleiteavam a moralidade política no Brasil, promoveram revoltas, como a do Forte de Copacabana, Revolta Paulista e a Coluna Prestes entre outras. O arrefecimento desse movimento deu-se após da Revolução de 1930, pois Vargas provocou uma divisão no movimento, uma vez que importantes nomes foram cooptados e acabaram atuando como interventores do governo federal. Talvez, um de seus mais importantes representantes para o nosso estudo tenha sido Juarez do Nascimento Fernandes Távora¹³, com ele inaugura-se a ideia de Brasil potência¹⁴.

¹³ Cearense de Jaguaribemirim nasceu em 1898, cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Em 1922, participou do levante armado contra o governo federal. Após desertar juntou-se aos conspiradores que preparam nova rebelião em São Paulo, levante deflagrado em 1924, na capital paulista, participa posteriormente da Coluna Prestes, até ser preso em 1926. Em 1929 exilou-se na Argentina voltando ao Brasil em 1930, quando participa da Revolução de 1930. Seu prestígio junto ao novo governo era bastante alto: em janeiro de 1931 foi designado delegado militar junto aos dirigentes dos estados do Norte e Nordeste, passando, por isso, a ser chamado de “vice-rei do Norte” pela imprensa. Como ministro, participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1933/34, logo após a promulgação da nova Constituição exonerou-se do Ministério retomando sua carreira militar, ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército, concluindo seu curso em 1938. Durante a Segunda Guerra Mundial, participou da organização

Entre outros militares que irão pensar a questão geopolítica para o Brasil destacam-se Mario Travassos¹⁵, Carlos de Meira Mattos¹⁶, Golbery do Couto e Silva¹⁷ e Francisco de Paula Cidade¹⁸, coincidentemente todos ex- membros da FEB.

Por outro lado, a geopolítica, enquanto ciência teve seu desenvolvimento acentuado no final de século XIX e início do XX, tendo como função a de servir como instrumento estratégico aos Estados. Esta área do saber está associada,

da Força Expedicionária Brasileira (FEB), retomou suas atividades políticas em 1945 filiando-se a União Democrática Brasileira (UDN). Em setembro de 1952, assumiu a direção da Escola Superior de Guerra (ESG), participou do movimento que exigia a saída de Vargas. Em 1962, elegeu-se deputado Federal pelo Partido Democrata Cristão (PDC), apoiou o golpe de 1964, com a ditadura acaba dirigindo o Ministério da Viação e Obras Públicas, até março de 1967. Faleceu em 1975 no Rio de Janeiro.

¹⁴ FREITAS, Jorge Manoel da Costa. *A Escola Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 2004

¹⁵ Militar, nasceu no Rio de Janeiro em 1891, falecendo em 1973. Lutou na Segunda Guerra Mundial como membro da FEB. Foi o primeiro comandante da Academia Militar de Agulhas Negras, tendo participando da demarcação de Brasília.

¹⁶ Paulista de São Carlos alistou-se nas forças paulistas durante a Rev. Constitucionalista de 1932. Ao fim da revolução ingressou como cadete na Escola Militar do Realengo. Durante a sua atuação na FEB foi oficial de ligação do Quartel-General do marechal Mascarenhas e também de uma companhia de fuzileiros. Amigo e colaborador do presidente Humberto de Alencar Castello Branco, no seu governo (1964-67) foi subchefe do gabinete militar da Presidência da República. Participou como comandante do Destacamento Brasileiro das Forças Inter-Americanas de Paz na República Dominicana, em 1965, e também foi comandante da Academia Militar das Agulhas Negras. Publicou diversos livros nas áreas de estratégia militar e geopolítica, destacando-se: *Projeção Mundial do Brasil*, de 1960; *Operações na Guerra Revolucionária*, de 1966; *A Doutrina Política da Revolução de 31 de Março de 1964*, de 1967; *A Geopolítica e as Projeções de Poder*, de 1977; *Estratégias Militares Dominantes*, de 1986; e *Guerra nas Estrelas*, de 1988. Sua última obra foi *A Geopolítica e a Teoria de Fronteiras*, de 1990.

¹⁷ Nasceu na cidade de Rio Grande (RS) em 1911, ingressou em 1927 na Escola Militar do Realengo, agregou-se a Força Expedicionária Brasileira como oficial de informações. Em 1952 passou a adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. Durante o governo de Jânio Quadros estava intimamente ligado ao grupo militar anti-Lott, que tinha como líderes no Exército os generais Juarez Távora e Osvaldo Cordeiro de Farias. No mesmo mês da posse de João Goulart, setembro de 1961, Golbery pediu transferência para a reserva, o que na época implicava duas promoções. Dessa forma, afastou-se da ativa com a patente de general-de-divisão. Já como civil teve destacada participação no IPÊS-Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, e na articulação do golpe cívico-militar de 1964. Durante o governo de Castello Branco foi o responsável pela criação do Nacional de Informações (SNI), articulou a indicação do general Geisel para a sucessão de Costa e Silva (seu desafeto). Durante o governo de Geisel teve grande poder e influência. Graças a sua articulação o general Silvio Frota foi exonerado como ministro do Exército. No governo de Figueiredo foi chefe do Gabinete Civil, sendo a sua maior realização durante o mandato do último general presidente a reformulação do quadro partidário brasileiro. Em 1981 saiu da chefia do Gabinete Civil da Presidência, apoiou a candidatura de Paulo Maluf à presidência da República, após a derrota de Maluf saiu novamente da política e do noticiário. Morre em São Paulo no dia 18 de setembro de 1987. Entre suas obras publicadas destacam-se *Planejamento Estratégico de 1955 e Geopolítica do Brasil de 1966*.

¹⁸ Militar, nasceu em 1883, falecendo em 1968. Durante o governo do Marechal Hermes da Fonseca foi enviado, junto com outros oficiais brasileiros, a estagiar no exército prussiano. Ao retornar participou da fundação da revista "Defesa Nacional". Um dos fundadores da Biblioteca do Exército participou da campanha da FEB como juiz militar. Foi também historiador.

nos seus primórdios, à expansão imperialista (neocolonialismo), num momento específico do desenvolvimento imperialista, na busca por novos mercados para o capital em crescimento. Geopolítica surge, então, como um instrumento para auxiliar o Estado na formulação da política estratégica nacional com um campo de atuação definido, voltando-se somente ao estudo do espaço geográfico e suas implicações na construção de uma política, focando, principalmente, fins estratégicos.

O pioneiro da geopolítica seria Rudolf Kjéllen, que a concebeu como ramo da ciência política dedicada a pensar e a elaborar teorias estratégicas, balizadoras da atuação do Estado a partir das suas relações com o território nacional. Kjéllen, por sua vez, seguiu a geografia política de Ratzel.

A teoria de Kjéllen se identifica pelo tratamento organicista dado ao Estado, encarando-o como um organismo vivo, regido por leis vitais equiparáveis a um ser biológico, apresentando etapas como o nascimento, crescimento, desenvolvimento e senilidade. Esse pensamento relaciona-se com certo tipo de historicismo, completando-se com a filosofia de Spengler e, de certa maneira também em Arnold Toynbee, permeadas pela concepção de declínio da civilização ocidental. Essa ideologia acaba reverberando em algumas organizações políticas e na composição de estratégias de algumas nações durante o século XX.

Em oposição à escola geopolítica determinista de base organicista, que pode ser identificada em Ratzel, Kjéllen, Haushoffer, Mackinder e Mahan, temos a escola *Francesa Possibilista*, com destaque para autores como Vidal de La Blache, Jean Brunhes e Camille Vallaux. Tal escola “firmava-se na premissa de que o homem compõe o principal elemento da natureza a ser levado em conta nas análises geopolíticas, em detrimento do fator unicamente espacial e territorial”¹⁹. A geografia, para Vidal de La Blache poderia ser uma facilitadora da ingerência humana no seu meio, através do fornecimento de recursos, propiciando um aproveitamento do potencial da região, porém esta não irá determinar a ação do homem.

¹⁹ MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado Brasileiro (1930-1960)*. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. 2007

Os estudos geopolíticos no Brasil se desenvolveram em entidades ligadas a órgãos de planejamento e a entidades que tratam da geografia nacional, como os Institutos Históricos e Geográficos e os de Geografia e Estatística; foram, principalmente, desenvolvidos dentro das Forças Armadas.

A geopolítica brasileira passou por períodos delimitados, com Golbery teve sua singularidade marcada pela guerra fria.

Nas décadas de 20 e 30 do século XX surgiram os primeiros estudos que dariam o formato a essa disciplina no Brasil, seguindo os autores Ratzel e Kjéllen. O primeiro a fazer tal sistematização seria talvez Everardo Backheuser (ainda que, segundo Shiguenoli Miyamoto, Elyseo de Carvalho, já em 1921, faria pela primeira vez menção à importância da geopolítica como fundamental aos rumos do Brasil), firmando-se como um dos principais estudiosos da geopolítica no Brasil, sendo determinante para os trabalhos que viriam a surgir, em especial os de Golbery, que em seus textos e esquemas tratando da elaboração de um estudo geopolítico do Brasil, não pouparia menções a este autor. Everardo Backheuser proporia, através de seus estudos, transpor as teorias de Kjéllen e Ratzel à especificidade do espaço e território do Brasil, encetando um viés mais político aos estudos geográficos.

Golbery dedicou o seu livro *Geopolítica do Brasil* a Delgado de Carvalho, membro dos primeiros estudiosos da geopolítica no Brasil.

O estudo promovido por Delgado de Carvalho no tocante à disciplina de geopolítica no Brasil não teve grandes repercussões como teve a obra de Everardo de Backheuser. Porém, contribuiu com análises sobre a história diplomática brasileira, geografia humana e fronteiras, os quais influenciaram a obra de Golbery.

Para Golbery a geopolítica serviria como elemento da política ou da estratégia de segurança nacional, esta por sua vez deveria “orientá-las à luz da geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo homem”. Ele pontua a proposição a que sua geopolítica se fixa. O diálogo com Backheuser ocorre em toda produção de Golbery, encontrando aí ponderações quanto à perspectiva determinista e organicista do Estado em função das condições geográficas. Observamos nos textos de Golbery o reconhecimento do papel do homem como diferenciador dos espaços geográficos, uma clara

influência de Vidal de La Blache, Jean Brunhes e Camille Vallaux, membros da escola possibilista.

A identificação de Golbery com a Escola Possibilista é clara, mas há de se ressaltar que ele não faz a opção paradigmática por ela e, apesar das suas críticas aos autores deterministas e a Backheuser, reconhece-os como contribuintes decisivos para sua geopolítica, realizando, por assim dizer, um amálgama teórico com todos esses autores. Percebe-se o ecletismo do pensamento golberiano.

Golbery preocupa-se em desvincular sua teoria dos modelos totalitários utilizados pela geopolítica, firmados preponderantemente no pensamento determinista e organicista. Outro incômodo para ele é amoldar a geopolítica ao período da Guerra Fria, introduzindo uma nova concepção de guerra: a guerra perene, psicológica e interna. Os princípios militares, psicossociais, econômicos e políticos explicitam preocupações da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), indica claramente a influência Possibilista no campo da geopolítica, e relacional da doutrina “golberyana”

Também estão presentes nos trabalhos de Golbery, além de estarem relacionados diretamente a criação da Escola Superior de Guerra, autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres, mais enfaticamente o primeiro. Eles produziram suas obras nos primeiros decênios do século passado, forneceram princípios doutrinários e ideológicos.

Alberto Torres elabora críticas à realidade social e política do Brasil durante a República Velha, foca seus ataques à organização política, deixando claro suas preocupações em relação à organização de uma política nacional que garantisse segurança e soberania, advertindo sobre as condições mundiais de organização do poder e de possíveis ameaças. Torres é enfático quanto à necessidade de uma “restauração conservadora e reorganizadora”, ou seja, era papel das elites reorganizarem o país politicamente e assumir a direção da nação. Seriam necessárias as reformas institucionais e políticas no cenário brasileiro, que, segundo Torres, estava completamente entregue a uma “anarquia” política e social. Restaria ao país, estabelecer um governo e uma organização política que prezasse pelo centralismo, abrindo mão da democracia que se mostrava incapaz de atender aos anseios da nação.

Baseado nas ideias de Viana, principalmente na tese de que a história do Brasil oscila desde a origem entre descentralização e centralização, Golbery empregaria a metáfora cardíaca, sístoles e diástoles, para descrever a história política brasileira, fornecendo uma justificativa histórico-filosófica para sua teoria e para a ação estratégica do Estado brasileiro, que teve na centralização autoritária da ditadura a sua estrutura governamental e institucional. Este pensamento, em Golbery, estaria presente em suas formulações teóricas desde os primeiros momentos de sua atuação pela Escola Superior de Guerra, embora não considerasse o autoritarismo como forma ideal permanente, mas apenas como um regime transitório que proporcionasse as condições para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Suas obras e premissas são as de um pensamento autoritário.

Golbery dividiu a América do Sul em grandes unidades: Plataforma central de manobra, constituída pela Região Sudeste brasileira, mais o estado de Goiás e o Distrito Federal; Área da Amazônia, formada pela Amazônia brasileira, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guianas; Área Continental de Soldadura, abrangida por Mato Grosso, Mato Grosso de Sul, Bolívia e Paraguai; e Área do Nordeste, que incluía o Nordeste brasileiro.

Todas essas áreas deveriam ser relacionadas através de um processo de integração com ênfase em uma rede estrutural pontificada por vias de transporte. Durante a última ditadura, as ideias de Golbery influenciaram o governo brasileiro, sendo também o idealizador da construção de grandes rodovias integradoras na Bacia Amazônica, como a Transamazônica, que, ligando o Nordeste à Amazônia, buscava a desconcentração populacional da primeira em benefício da segunda, visando também a assegurar a soberania brasileira sobre a região norte de Roraima ao Amapá.

Golbery também pensou um projeto de Corredores de Exportação, por via hidroviária, rodoviária e ferroviária, cortando o território brasileiro de leste a oeste, permitindo o transporte da produção agropecuária do interior para os portos do litoral. Dois desses projetos ligariam países vizinhos ao Atlântico: a Bolívia ao Porto de Vitória, no Espírito Santo, e o Paraguai ao Porto de Paranaguá, no Paraná.

As ideias sobre a integração da Bacia Platina coincidiram com o projeto envolvendo o Paraguai e o Brasil: a construção da hidrelétrica de Itaipu, no Rio

Paraná, que, segundo críticos, foi a responsável pela apropriação da economia paraguaia pelo Brasil, como o início de pesados investimentos da Petrobrás na Bolívia.

Enquanto Golbery e Travassos referiram-se ao Brasil como essencialmente continental, em virtude de suas fronteiras terrestres terem naquela época quase o dobro da sua extensão litorânea, Meira Mattos ficou com a hipótese do país fundamentalmente marítimo.

Meira Mattos prevê que os obstáculos devem ser sanados amparados em “realidades geográficas”, as que guiam os grandes estadistas “desde tempos imemoriais”.

Segundo a perspectiva brasileira, geografia é destino. Para Meira Mattos, a Geopolítica é “uma indicação de soluções políticas condicionadas pelas realidades e necessidades geográficas”; “O território condiciona a vida de um Estado e limita suas aspirações. A geografia condiciona, torna difícil, inspira, estimula as pessoas a pensarem em geopolítica e, finalmente, apresenta um desafio. Ela força um grupo humano a reagir às condições geográficas: o grupo reage e triunfa, ou não reage e é destruído”²⁰.

Carlos de Meira Mattos resume setenta anos de diretrizes estratégicas emanadas da geopolítica brasileira: “Interiorização, Integração Territorial, Fortalecimento da Presença Estratégica no Atlântico Sul, Desenvolvimento Econômico e Social (da mais alta prioridade, porque é o suporte indispensável das três anteriores), Segurança Externa e Interna. Vitalizar o potencial humano e geográfico do País, a fim de construir uma das nações mais prósperas e respeitadas do mundo”²¹.

Segundo Mattos, os fatores geográficos predominantes, que atuam sobre a massa continental sul-americana, são, fora de dúvida, os dois grandes oceanos que banham suas costas e a espinha dorsal andina alterando-se rumo norte-sul, mais encostada ao Pacífico e dividindo as terras em duas enormes vertentes, duas grandes bacias: a Platina e a Amazônica, as quais carregam estímulos regionais integradores de interesse. Outro fator geográfico importante é o planalto Central Brasileiro, uma massa compacta das três grandes bacias fluviais da vertente atlântica.

²⁰ MATTOS, Meira. *Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro, Bibliex & José Olympio, 1975

²¹ Idem.

Para ele, a fronteira marítima, destacada ou não como característica essencial do Estado, sempre existe e é vital, é a linha ou faixa periférica que contorna o território, de cuja soberania o Estado não pode abdicar. Por ser uma região periférica, é a faixa de contato com outras soberanias, com o mar ou com o espaço aéreo, cujos limites jurisdicionais e direito de utilização são regulados por leis internacionais. As fronteiras são, pois, regiões sensíveis, onde os direitos soberanos dos Estados se contatam fisicamente.

A fronteira marítima brasileira, de 7.408 km de comprimento, apresenta, no que se refere à posição, dois segmentos nítidos: segmento Norte-Sudoeste, do cabo de São Roque ao arroio Chuí, e o segmento Este-Oeste, do cabo de São Roque ao rio Oiapoque. A fachada Norte-Sudoeste vincula física e economicamente ao Atlântico Sul, o que vale dizer à estratégia do Atlântico Meridional. O Atlântico Sul estaria limitado ao Norte, pela linha do Equador. Preferimos, entretanto, o critério estratégico de área, de comunidade e de interesses mais particulares vinculados pelo fator geográfico de integração. Segundo o critério estratégico de área, o Atlântico Sul teria como limite Norte, do estreito do Atlântico, a linha imaginária Natal-Dakar, que, por ocasião da 2ª Guerra Mundial, mereceu do Presidente Roosevelt a denominação de “ponte estratégica” do Atlântico. Sobre a fronteira marítima, há uma velha tendência de prolongá-la sobre o mar para fins de proteção do território. Durante séculos predominou o conceito de estender os direitos soberanos do território até uma faixa de 3 milhas de distância da linha d’água. Várias nações latino-americanas acompanharam os Estados Unidos na tese das 200 milhas de mar territorial. Em 1970 o Brasil aderiu ao novo critério, adotando o limite 200 milhas para o seu mar territorial.

O Atlântico a Sul passou a ser percebido como “assunto prioritário para o Brasil”, através do retorno à questão marítima como dominante do pensamento estratégico brasileiro, pondo em execução vários planos estratégicos, dos quais se destacaram as “Diretrizes para o Planejamento Naval”²².

²² Fonte: <http://www.cprepmauss.com.br/documentos/fronteirasdobrasil7341.pdf>

Refletindo um posicionamento da época da ditadura, pleiteava-se tornar o Brasil uma potência (ideia não inaugurada nessa época, existem estudos datados do século XIX que previam uma saída marítima do Brasil para o oceano Pacífico) dentro do concerto das nações, e para isso iniciou-se um processo de mudança de foco em regiões outrora relegadas a segundo plano, leia-se às regiões periféricas tais como a África, a Antártica e as áreas de trânsito no Pacífico.

Lembremos, no entanto, e como demonstraremos mais adiante, a grande distância entre os discursos ideológicos e as práticas políticas.

O próprio ingresso como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas talvez fosse paradoxalmente contrária aos interesses do Brasil. Tal posição ensejaria o compromisso pelo Brasil de financiar, com recursos e homens, as operações de domínio mundial, sem real possibilidade de interferir nas decisões tomadas. Pois ventila-se entre vários especialistas o eventual ingresso do Brasil, como membro permanente, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao lado de outros possíveis candidatos como Alemanha, Índia, Japão, se dará sem o poder de veto, que permanecerá sendo monopólio das potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial - EUA, Rússia, França, Reino Unido e China.

Para Meira Mattos, o geopolítico brasileiro mais preocupado com a fronteira marítima “o Brasil confronta-se hoje não com uma África distante, mas com uma África próxima, de acesso mais fácil que a fronteira amazônica com a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia”²³. Diante deste fato, defendeu uma Comunidade do Cone Sul, “grupo de nações unindo os seus esforços para garantir os seus interesses na parte austral do oceano Atlântico”, compreendendo os países ribeirinhos latino-americanos, aos quais se poderiam juntar países africanos. Ele defende constantemente o desenvolvimento das relações com África e Portugal. Para Meira Mattos, no Atlântico Sul, a prioridade estratégica do Brasil centrava-se na segurança de rotas oceânicas, bem como no acesso ao petróleo do Médio Oriente, Nigéria, Líbia e das mercadorias brasileiras às costas de África e da Ásia.

²³ Idem.

Ainda para Meira Mattos, o segmento norte-sudoeste de nossa fronteira marítima é o que se pode chamar de fronteira viva, conforme o conceito dos geógrafos franceses Vallaux e Brunhes. Aí se encontram os nossos principais portos: Vitória, Paranaguá, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, e Santos; concentra-se o maior interesse econômico de nosso comércio exterior para a América do Norte, Europa Ocidental, Oriente Médio e Extremo Oriente, e aí também, encontra-se a faixa mais povoada de nosso território. Do ponto de vista estratégico, este segmento está estreitamente ligado aos nossos vizinhos: Uruguai, Argentina e, através do Rio da Prata, ao Paraguai. Do lado oposto, o Brasil se encontra com as repúblicas da costa ocidental do continente africano: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, Zaire, Angola, Namíbia e África do Sul; defronta-se com a rota do Cabo, “hoje, talvez, a mais importante via estratégica de comunicação da Ásia e África com o Hemisfério Norte, Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá”. Na atualidade, o segmento norte sudoeste de nossa fronteira marítima, a mais viva de nossas fronteiras, representa uma imensa fachada de mar, estendendo-se, aproximadamente, do paralelo 5º ao paralelo 33º ao Sul do Equador, abrangendo a zona tropical e temperada. É uma faixa aberta, através da qual nos comunicamos com todos os países do mundo, pois a faixa litorânea recortada facilita a articulação do mar com a terra.

O segmento este oeste de nossa fronteira marítima projeta-nos, geograficamente, mais na comunidade do Atlântico Sul. Trata-se, ainda, de uma fachada marítima pouco desenvolvida. Seus portos principais são: Fortaleza, Itaqui (junto a São Luís) e Belém, que apresentam índices menores de comércio internacional. A vinculação mais próxima com o Noroeste e Norte da África, Europa Ocidental, canal do Panamá, Caribe e América do Norte encontra-se nessa região. No futuro, com o término da instalação do porto de Itaqui, de águas profundas, destinado à exportação de minérios e produtos industrializados, e com o maior desenvolvimento da região amazônica e da faixa do Nordeste do Ceará, Piauí e Maranhão, este segmento da fronteira marítima deverá adquirir maior vitalidade.

Meira Mattos identifica um “Problema Amazônico”, que é a cobiça da área, por parte de nações de fora ou organizações internacionais, em razão de

sua esparsa população e inexplorada riqueza ecológica e mineral. Diz: “Seria perigoso deixar a vasta Bacia Amazônica despovoada e subdesenvolvida, quando há áreas sofrendo graves problemas de superpopulação – Bangladesh, Indochina e Japão. Não seria desejável para os países amazônicos perder sua soberania sobre essa inexplorada região sob o pretexto de sua incapacidade para explorá-la”.²⁴

Percebe-se uma das origens do temor da ocupação estrangeira da Amazônia, tão utilizada como argumento de determinados setores nacionais para justificar o fortalecimento das Forças Armadas Brasileiras.

Respondendo à ameaça geográfica, descarta a imigração estrangeira para a Amazônia e, em seu lugar, recomenda o aumento da população interna²⁵. Preocupantes também são os fatores de rebelião interna e o bloqueio militar de centros costeiros e da foz do Amazonas, que apresentam perigos estratégicos adicionais para o Brasil e permitem que se desenvolvam no interior.

Através da integração da Amazônia com a costa e, igualmente, com o Pacífico andino, o imenso interior seria capaz de resolver algumas das dificuldades de rebelião e de ataques estrangeiros. As perspectivas de grandes riquezas amazônicas aguçam igualmente o interesse de Meira Mattos. Citando recentes descobertas de manganês, minério de ferro, cobre, bauxita e urânio, ele acredita que o desenvolvimento do interior “propiciará a descoberta de novas riquezas, a amplificação de um potencial nem sequer suspeitado e sua transformação em poder. Significaria “a conquista do espaço interior, e sua utilidade seria amplamente explorada”.²⁶

O General avalia a “privilegiada posição geopolítica da Bolívia e do Equador”, por possuírem as passagens estratégicas das montanhas, ligando o interior brasileiro às populações do Pacífico. Em vez disso referindo-se ao desenvolvimento sul-americano, ele afirma: “No Brasil de hoje, o cerne do problema de despertar o continente está centralizado na Amazônia”.²⁷

²⁴ MATTOS, Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.

²⁵ Podemos lembrar que durante o período ditatorial dois setores da sociedade brasileira de então se portaram contrários ao planejamento familiar, por motivos distintos, a Igreja e as Forças Armadas, aqueles por questões religiosas e estes por estratégicas.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

A esse respeito, Meira Mattos também sustenta que o “Brasil está em uma posição privilegiada ante os demais possuidores da bacia (amazônica), pelo fato de que a maior parte de nosso território é adjacente ao curso da saída para o oceano”²⁸ Em consequência, o desenvolvimento da Amazônia representa a chave não apenas para o do Brasil, mas também do progresso da América do Sul, com as suas duas áreas de futura prosperidade intimamente interligadas.

Pelo exposto percebe-se que o estudo geopolítico brasileiro, ao contrário do senso comum não se iniciou com Golbery, provavelmente a personalidade mais inteligente e intrigante do último período ditatorial brasileiro (1964-1985). O pensar estrategicamente sobre as demandas nacionais não era e não é exclusividade militar, apesar de sua indiscutível participação e óbvia proeminência.

1.2 – O internacionalismo militar, a autocracia de 1964 e a auto-reforma do regime.

A participação brasileira em conflitos internacionais vem de longa data, desde o período das independências, quando o Brasil atuou como intermediário das dívidas contraídas pelos países da região junto a banqueiros internacionais, todos ingleses. Segundo Celso Amorim,²⁹

O Brasil participa tradicionalmente de operações de paz, uma das atividades mais visíveis e importantes das Nações Unidas. Na primeira grande operação de paz da ONU, a UNEF-I, que separou israelenses e egípcios no Suez, entre 1957 e 1967, colaboramos com um batalhão de infantaria de 600 soldados. No total, o Brasil já participou de mais de 30 missões e cedeu cerca de 17 mil homens”.

Muitas dessas intervenções foram tímidas, no que se concerne à quantidade de homens e equipamentos. Muitas vezes os homens envolvidos

²⁸ Idem.

²⁹ Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – *Brasil e o Mundo que vem aí* em 05.11.2007 – Brasília. Indicar acervo em que encontrou a informação.

eram mais como observadores do que necessariamente aptos a entrarem na peleja propriamente dita. Sem dúvida nenhuma, a mais famosa participação brasileira em conflitos no século XX deu-se na Segunda Guerra Mundial (1939-1945): o Brasil enviou cerca de 25 mil homens em 1944. Tal contingente foi denominado de Força Expedicionária Brasileira (FEB) que lutou contra as tropas do Eixo. O Brasil foi à única nação da América Latina que participou dessa guerra. É digno de nota que quase todas essas participações foram autorizadas por organismos internacionais, leia-se Organização das Nações Unidas (ONU) ou Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em outros momentos as solicitações do envio de tropas feitas ao governo brasileiro não foram atendidas. Mesmo com o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos em vigência (foi assinado em 1952 e revogado em 1977, por esse acordo o Brasil receberia serviços e equipamentos militares e em troca se comprometeria a fornecer materiais estratégicos e básicos, areias monazíticas e urânio) e, apesar da pressão dos Estados Unidos e do posicionamento favorável do chanceler brasileiro, Neves da Fontoura, não foi possível a entrada do Brasil na Guerra da Coreia (1950-1953), durante a presidência de Getúlio Vargas. Tal fato se repetiria na Guerra do Vietnã (1963-1978) durante a presidência de Emílio Médici, para ficarmos apenas nestes dois exemplos. Juntamente com países do Cone Sul o Brasil participou da Operação Condor durante a ditadura, envolvendo troca de prisioneiros, sequestro, e assassinato de opositores, sempre com o aval e assistência dos Estados Unidos e França (ensinando técnicas de interrogatório, contrainsurgência, inteligência, com a figura emblemática do general Paul Aussaresses e a Escola das Américas patrocinada pelos Estados Unidos, localizada no Panamá).

Em 11 de setembro de 1973, o general Augusto Pinochet invade o palácio de La Moneda, em Santiago, e derruba o governo democrático de Salvador Allende. Inicia-se uma ditadura militar orientada pela perseguição, pela tortura e pelo extermínio dos opositores. O inimigo central é o comunismo. Para combatê-lo, Pinochet elabora um plano que vai além das fronteiras nacionais: a Operação Condor, aliança secreta entre governos da América do Sul criada para perseguir e

capturar supostos terroristas de todas as nacionalidades, onde quer que estejam.

Encorajados pela CIA, seis países da América do Sul - Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil – foram responsáveis pela tortura e execução de aproximadamente 30 mil pessoas. A operação durou até o início da década de 80³⁰.

O velho general, usando um tapa-olho, fala com ênfase: “*considérablement!*” Sim, o regime militar brasileiro colaborou “consideravelmente” para o golpe militar no Chile em 1973. Além do apoio político ao general Augusto Pinochet, havia torturadores brasileiros no Estádio Nacional em Santiago, já nas primeiras horas depois do golpe. Teriam sido os agentes brasileiros treinados pelos franceses nas técnicas de tortura? A pergunta é da jornalista francesa Marie-Monique Robin no seu trabalho recente “Escola Francesa – Esquadrão da Morte”³¹, sobre a participação de seu país na estruturação da “guerra suja” movida pelas ditaduras da América Latina a partir dos anos 1960.

O general de tapa-olho é Paul Aussaresses, que explica o trabalho de sistematização da tortura a partir da experiência francesa na luta contra as guerras anticoloniais, na Indochina e na Argélia, e fala de como essa sistematização chegou ao Cone Sul, às ditaduras da América Latina. A ditadura militar brasileira é vista por muitos como mais branda e menos importante, dado ao número relativamente pequeno de mortos e desaparecidos por aqui, cerca de 480 pessoas, em comparação com os cerca de 5 mil mortos e desaparecidos chilenos e os cerca de 30 mil mortos e desaparecidos argentinos.

Mas, como sugere o estudo de Marie-Monique, a ditadura brasileira deve ser compreendida num contexto mais amplo, o da construção de uma nova realidade geopolítica na América Latina, antipopular, antidemocrática, sob a hegemonia norte-americana. Ela foi a primeira; ocorreu num país onde havia um enorme movimento de massas, liderado pelos nacionalistas e pela esquerda; desenvolveu uma ampla experiência de repressão, antes mesmo

³⁰ DINGES, John. *Os Anos Condor*. Cia das Letras, 2004, pp. 330

³¹ ROBIN, Marie-Monique. *Escola francesa – Esquadrão da morte*. 2003. In: *Carta Maior*, 20.10.2012.

que as outras ditaduras existissem – o golpe brasileiro é de 1964, o chileno é de 1973, o argentino é de 1976; foi retaguarda segura para apoio a todas as outras. O estudo de Robin mostra o general Manuel Contreras, chefe da Dina, a polícia política da ditadura chilena, falando sobre o Brasil. Contreras atende a jornalista na base militar de onde partiu o golpe contra o presidente Salvador Allende, onde ele cumpria, em 2002, prisão preventiva enquanto respondia a processos pela morte e desaparecimento de presos políticos. Robin pergunta se ele conheceu o francês Aussaresses.

Não o conheci pessoalmente, mas ele treinou oficiais chilenos no Brasil. Eu mandava um contingente a cada dois meses para serem treinados. Normalmente ele supervisionava a inteligência brasileira; mas frequentemente ia a Manaus para sessões de treinamento. Não era muito bom para argentinos e chilenos, porque o clima de Manaus é terrível, diz³².

Mas se a operação Condor ganhou mais notoriedade com os discursos ideológicos necessários às consciências políticas de esquerda que caracterizam os regimes democráticos atuais, outros elos desse internacionalismo não podem ser ignorados.

Interesses geoestratégicos brasileiros continuam sendo demonstrados, por exemplo, o país faz constantes demonstrações de poder na fronteira com o Paraguai, utiliza-se do Exército para o seu intento, normalmente o protesto diplomático paraguaio é ignorado, Paraguai que abriga a Hidrelétrica binacional de Itaipu, usina que tanto desagradou o governo argentino da época.

A imponência deste objeto técnico guarda várias intencionalidades estratégicas do governo brasileiro em relação à região da Bacia do

³² PEREIRA, Raimundo Rodrigues e CALIARI Tânia. Os Arquivos militares, por que o governo não abre. *Reportagem da oficina de informações*, ano V, nº 65, fevereiro de 2005. A oficina é uma revista publicada por quem ou por qual instituição Também por acesso in: www.oficinainforma.com.br: A crise para abertura dos arquivos militares começou no dia 17 de outubro de 2004, quando, em resposta ao Correio Braziliense, uma nota do Exército defendeu o golpe militar de 1964 e a estrutura do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna DOI-CODIs, instalações militares como a de São Paulo onde foi torturado e morto o jornalista Vladimir Herzog. No dia 22, o ministro da Defesa pediu demissão. No dia 23 o presidente dançou uma espécie de forró da conciliação em festa com os chefes das Forças Armadas, no mais famoso baile militar de Brasília.

Prata. Esta bacia, devido a seu grande potencial hidroelétrico e para a navegação, sempre despertou interesses geopolíticos aos países fronteiriços, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Além de possuir uma grande importância para países interioranos (caso do Paraguai), uma vez que seus rios servem como verdadeiros corredores para circulação de mercadorias em direção ao Oceano Atlântico, e o domínio do Brasil por esta área seria de suma importância para o controle estratégico deste movimento³³.

Além disso, o Brasil necessita estar presente no Cone Sul das Américas dados os interesses chineses e estadunidenses na região, outro argumento que reforça as ambições hegemônicas do país na região.

Quintão³⁴, em palestra proferida no seminário sobre política de defesa para o século XXI, realizado nos dias 20 e 21 de agosto de 2002, na Câmara dos Deputados em Brasília, dá destaque ao novo papel das Forças Armadas depois da fragilização das fronteiras nacionais, e enfatiza as questões relativas aos movimentos sociais de cunho político e, genericamente, as interferências exógenas indesejáveis, caso de chineses e norte-americanos:

A América do Sul apesar da sua extensão não possui contenciosos que possam representar ameaças clássicas, imediatas e substanciais à segurança hemisférica. No entanto, não podem deixar de serem considerados fatores conjunturais presentes na sociedade contemporânea como as crises políticas, acarretadas por problemas econômicos ou sociais, as ameaças aos regimes democráticos, os movimentos sociais de cunho político, a intensificação dos crimes transnacionais, os movimentos migratórios indesejáveis, a falência econômica de países; as interferências exógenas indesejáveis nos assuntos regionais e, por fim, o terrorismo internacional. (grifo nosso)

Mais recentemente, o caso Brasil-Bolívia envolvendo os *royalties* no pagamento do gás boliviano importado pelo Brasil, em que o país aumentou o valor pago por esse produto, arrancou de um analista o seguinte comentário

³³ CASTRO, Therezinha. *Brasil da Amazônia ao Prata*. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1983

³⁴ Geraldo Magela da Cruz Quintão foi ministro da Defesa e advogado-geral da União.

“devemos pagar esse valor, pois significa uma maior dependência do governo boliviano para conosco, fazendo um contraponto à presença e interesse chinês na região, leia-se a exploração das vastas jazidas de lítio encontrado em solo boliviano”³⁵.

Na atualidade há cerca de 2.249 capacetes azuis brasileiros em várias missões patrocinadas pela ONU. O Brasil foi chamado para atuar na Força-Tarefa Marítima no Líbano, tendo uma posição de destaque, pois liderará a frota de forças navais, para tal tarefa foi enviado um navio de guerra (fragata) pela Marinha de Guerra Brasileira, integrando a Força Interina das Nações Unidas no Líbano United Nations Interim Force in Lebanon (Unifil na sigla em inglês), dentro de um programa patrocinado pela ONU.

Sem dúvida nenhuma, a maior e mais propalada intervenção brasileira se dá no Haiti, onde o Brasil participa majoritariamente da Missão de Estabilização do Haiti The United Nations Stabilization Mission in Haiti (Minustah na sigla em inglês), a partir de 2004 e ainda hoje marcando presença ostensiva com cerca de 2.166 militares.

Em linhas gerais, a função da Minustah no Haiti é garantir a manutenção de um ambiente estável, necessário para a consolidação do processo democrático no país. Para tanto, seu trabalho está dividido em quatro etapas; i) bons ofícios (good offices); ii) contenção da violência e manutenção da segurança; iii) criação e/ou fortalecimento das instituições do país (institution building); iv) projetos de desenvolvimento³⁶.

Além desses, o país também está presente militarmente na África Ocidental, Sudão, Libéria, Costa do Marfim, Timor Leste, Chipre, Saara Ocidental e Síria³⁷.

Na diplomacia militar o Brasil, junto com a Turquia, tentou mediar a questão nuclear iraniana. Intervenção vista com desconfiança e desprezo pelas grandes potências, não deixa de mostrar um maior protagonismo brasileiro em

³⁵ Jornal *Folha de S. Paulo*, mundo, 10.08.2011.

³⁶ CARVALHO, Leonardo Arquimimo de, VERA, Cristián Garay, PEÑA, Juan Cayón – org. *Segurança e Defesa na América Latina* – Editora Juruá Curitiba – 2009.

³⁷“Militares brasileiros que atuaram em missões de paz na ONU recebem homenagem” MELLO, Evandro in <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/05/27/>

uma área/região sempre ignorada, dado o distanciamento geográfico do conflito.

O Brasil, é membro do BRIC, (acrônimo criado por Jim O'Neill formado por Brasil, Rússia, Índia e China), países que se destacam no cenário mundial como Estados em desenvolvimento. Acalentando desejo do Brasil Grande, pleiteia ser um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, sem dúvida a instância de maior poder desse organismo internacional. Aliás, esse tem sido um dos fortes argumentos dos setores militares a alimentar sua ambição nesse novo cenário projetado pelas Forças Armadas em franca aliança com as forças políticas.

No complexo tabuleiro de ideias e prognósticos ideológicos das Forças Armadas brasileiras, o Brasil deveria estar se preparando para contingências futuras, segundo o General de reserva Carlos Alberto Pinto Silva³⁸.

A preocupação dos militares brasileiros com possíveis opositores ao projeto militar, leia-se a frente bolivariana liderada pela Venezuela de Hugo Chávez, tem provocado, a cada dia com mais intensidade, uma postura de confrontação com relação ao Brasil, assumida pelo Equador, pela Bolívia e pelo Paraguai, frente que conta com a simpatia de Cuba e da Argentina³⁹, mas não só, estão claramente expressas no documento denominado A integração sul americana e os conflitos do futuro⁴⁰.

Apesar do esforço que vem sendo realizado nos campos político, econômico e militar, as Américas, de um modo geral, e a América do Sul, em particular, não constituem uma comunidade regional nem um sistema de defesa. Isso se deve, particularmente, às grandes assimetrias e diferenças marcantes de suas economias e sistemas políticos.

Esses processos de construção política de novas regiões se expressam, em primeiro lugar, na estruturação (em diferentes estágios) de três grandes Blocos Regionais de Comércio: o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), integrado pelos EUA, o Canadá e o México, o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), pelo

³⁸ g1.globo.com

³⁹ Idem

⁴⁰ "A Integração Sul-Americana e os conflitos do futuro" MENDES, João in <http://www.defesanet.com.br/> 26.03. 2009

Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela (o Chile, a Bolívia e o Peru possuem status de “países associados”) e o CAFTA (Tratado de Livre Comércio da América Central), pelos países da América Central e a República Dominicana. Deve-se mencionar ainda o Pacto Andino, formado pela Colômbia, o Peru e o Equador, a CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações) e a recém criada ALBA (Alternativa Bolivariana para a América), lançada e liderada pelo Presidente Hugo Chávez da Venezuela e que integra, além deste país, Bolívia e Cuba⁴¹. Em 2009, o bloco foi rebatizado para Aliança Bolivariana para as Américas, em substituição ao Alternativa original, sendo incorporado outros países: Antígua e Barbuda, Nicarágua, São Vicente e Granadinas, Equador e Dominicana.

No entanto, há mais por detrás dessa fala, uma vez que a citação que abre o documento é reveladora de intenções:

As ameaças que não tardaremos a enfrentar não podem ser facilmente categorizadas como agressões de Estados; de fato, pela primeira vez desde o nascimento do Estado, não há mais necessidade de uma estrutura estatal para organizar a violência em uma escala devastadora para a sociedade⁴².

A interpretação desse trecho realizada por Bobbitt⁴³, permite um vislumbre de que nas condições atuais é possível inimigos externos semearem a discórdia internamente sem a necessidade de um confronto de nações. Mas ao mesmo tempo, permite colocar em evidência a necessidade de um plano de contingência a fim de lidar adequadamente com insurgências internas.

Essa dupla função do discurso é que gostaria de assinalar aqui.

⁴¹ COSTA, Wanderley Messias da. *Segurança & Defesa Nacional da competição à cooperação regional – O Brasil e América do Sul: Cenários Geopolíticos e os Desafios da Integração*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 2007

⁴² Idem

⁴³ BOBBITT, Philip. *A Guerra e a Paz na História Moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações*. Rio de Janeiro, Campus, pp. 72, 2003

Todavia está em sintonia com que se discutiria em 10 de agosto de 2009 durante a Cúpula das Nações Sul Americanas em Quito, Hugo Chávez declarou “ventos de guerra começam a soprar na América do Sul”.

A diferença consiste unicamente no foco do perigo. Se no caso do documento Integração Sul Americana e os Conflitos do Futuro, a ameaça vem dos prováveis ou improváveis alinhamentos com os projetos de Hugo Chávez, no caso do da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)⁴⁴ a ameaça vem dos prováveis ou improváveis projetos norte-americanos que visam a Colômbia, segundo o ex-presidente colombiano Ernesto Samper de que “nós iremos emprestar o país para que ele se torne um porta-aviões, com o objetivo de conduzir operações de vigilância eletrônica de toda a região sul-americana. É como emprestar uma sacada a uma pessoa que não vive no imóvel, para ela instalar refletores e câmeras virados na direção dos vizinhos”⁴⁵

Como se vê, o mesmo discurso vale para justificar as ambições de um Brasil Grande, tão caro aos militares e a uma parte significativa da sociedade civil representada por políticos dos mais diversos matizes ideológicos.

Essa questão ficou mais claramente definida quando da decisão do governo Lula de se aproximar do Irã e de investir na construção de um submarino nuclear contrariando as diretrizes norte-americanas de que, nas palavras de Richard Haass, presidente do Council on Foreign Relations, “o Brasil precisa elevar seu poderio militar para ter papel maior na estrutura internacional, sem armas nucleares”⁴⁶.

Tal posicionamento estadunidense sobre o Brasil no faz remeter as complexas relações diplomáticas entre ambos. Farei um breve relato dessas relações em razão da óbvia importância e influência dos Estados Unidos no contexto internacional e nacional.

Durante a última década do século XIX, tais contatos podem ser definidos como passageiros, em virtude da maior importância para o Brasil de então se encontrar no continente europeu, leia-se Reino Unido.

⁴⁴ É formada pelos doze países da América do Sul. O tratado constitutivo da organização foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Dez países já depositaram seus instrumentos de ratificação (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), completando o número mínimo de ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado no dia 11 de março de 2011.

⁴⁵ *Le Monde diplomatique Brasil*, ano 3, número 31, Fev/2010 p.6.

⁴⁶ *Jornal Folha de S. Paulo*, 04.03.2012, Mundo A-16.

Situação que irá transformar-se no fim do século XIX, em virtude de dois fatores, o interesse de movimentos republicanos brasileiros na política estadunidense, e a abertura do mercado desse país ao café brasileiro.

No período da República Velha, as relações diplomáticas Estados Unidos-Brasil deu-se informalmente através de uma combinação de interesses. A grande “cimento” diplomático será o grande fluxo econômico existente. Tal processo irá alterar-se durante esse período republicano, o ordenamento do mundo praticamente dominado pelo foco europocentrista sofrerá um esvaziamento, que paulatinamente levaria a conversão dos Estados Unidos em um importante *player* internacional. Ocasionalmente um afastamento brasileiro da esfera de influência do Reino Unido.

Além do quesito puramente econômico, Estados Unidos e o Brasil trocaram auxílio, como o papel estadunidense apoiando o Brasil na solução de questões de fronteiras com a Guiana Inglesa, Guiana Francesa e com a Argentina, em troca de apoio logístico aos norte-americanos durante a Guerra Hispano-americana.

O início da presidência de Franklin Delano Roosevelt (1932) nos Estados Unidos inaugurou um período de mudanças econômicas e políticas em ambos, gerando por sua vez transformações na política exterior destes.

O período que se estende do início da década 40 até meados dos anos 70 do século XX, por ser dividido em três momentos do alinhamento com os Estados Unidos.

No primeiro momento, a cooperação econômica e militar foi muito importante para o Brasil, que acabou sendo obrigado a ceder a inúmeras demandas estadunidenses, a fim de conseguir capital para o seu desenvolvimento em áreas estratégicas.

O segundo momento está relacionado ao período da guerra fria. A América Latina era vista como seu “quintal” pelos norte-americanos, exacerbando-se dessa maneira os vínculos econômicos, políticos e militares. Porém, mesmo diante desse quadro, o Brasil consegue levar a cabo seu desenvolvimento econômico, destaca-se Getúlio Vargas na década de 1950, com o nacionalismo; o desenvolvimentismo de Kubitschek e uma política externa mais autônoma de Jânio Quadros e João Goulart.

Diante da reticência norte-americana a tal projeto brasileiro, teremos o agudizamento dos embates entre os dois países, caso emblemático foi a política de exploração do petróleo nacional e a criação da estatal Petrobrás. Teremos o arrefecimento de tal tensão somente em virtude da cooperação na área nuclear e na área militar.

Ao término desse segundo momento o Brasil encontrava-se com problemas fiscais, alta inflação e déficit orçamentário. Problemas nas relações bilaterais voltaram a surgir quando da criação da Política Externa Independente (PEI), durante o governo Jânio Quadros. Tal política defendia uma maior autonomia brasileira no plano externo, libertando-se do maniqueísmo da guerra fria, estreitando laços diplomáticos com outros países subdesenvolvidos na Ásia, África e América Latina.

O ápice deste enfrentamento ocorrerá em virtude das decisões tomadas pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e pelo presidente da república, João Goulart, que nacionalizaram multinacionais estrangeiras, provocando a ira dos interesses privados dos Estados Unidos.

No terceiro momento, a partir de 1964 ocorre um alinhamento quase irrestrito aos Estados Unidos, os princípios da PEI são esquecidos. Tal posicionamento justifica-se pela importância estadunidense, enxergado como líder do “mundo livre”.

Nos estertores dos anos 1960 tal posicionamento descrito acima começa a ser abalado principalmente em razão do esfriamento da tensão oeste-leste. Alguns pontos da PEI são reavivados, no fronte interno sedimenta-se a opção pelo nacional-desenvolvimentismo.

Segundo Hirst:⁴⁷

Na verdade, o Brasil pretendia abandonar o alinhamento irrestrito e manter um tratamento especial, mas não obteve a resposta desejada por parte de Washington. A frustração dessas expectativas gerou um movimento nos meios militar e diplomático no sentido de revisar a postura do Brasil de aliado dos Estados Unidos.

⁴⁷ HIRST, Mônica. Os cinco “As” das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação, in *Relações internacionais do Brasil temas e agendas*. Completar referências.

No governo de Ernesto Geisel, o Brasil entrou em uma nova fase nas relações bilaterais. Em busca de autonomia e universalismo, o Brasil pretendia um entendimento com Washington que permitisse substituir o alinhamento por uma relação especial, estratégia esta que foi interrompida com a chegada de Jimmy Carter ao poder em 1976.

Por outro lado, a agenda econômico-comercial se ampliava e se tornava mais complexa, cabendo ressaltar o papel predominante dos bancos norte-americanos do crescente endividamento externo do Brasil.

A falta de sintonia ou a indiferença no campo político mantiveram-se até fins dos anos 1980, enquanto a agenda econômico-comercial continuava ganhando peso e complexidade, com a inclusão de temas como patentes farmacêuticas e temas de informática.

Nessa época, a diplomacia brasileira adquiriu mais substância política: aprofundaram-se os laços com a América Latina – particularmente com a Argentina -, reforçaram-se as restrições ao governo sul-africano e foram negociados acordos de cooperação com a China e a União Soviética.

Quando o tema versa a questão de segurança envolvendo Brasil e Estados Unidos, ainda segundo Hirst:

Após os atentados de 11 setembro, os interesses de segurança dos Estados Unidos na América do Sul foram diretamente afetados, o que inevitavelmente repercutiu sobre as relações com o Brasil. Na 5ª reunião Ministerial de Defesa das Américas, realizada em Santiago em 2002, novas tensões surgiram entre Brasil e Estados Unidos diante das demandas de Washington com respeito às políticas de segurança na região, especialmente aquelas de combate ao terrorismo.

No que diz respeito ao combate ao narcotráfico, a agenda continha menos pontos de conflitos e, desde o início dos anos 1990, este tema converteu-se em um tópico de importância crescente na agenda bilateral, e a principal preocupação das autoridades norte-americanas passou a estar referida ao papel desempenhado pelo Brasil enquanto

corredor de passagem para o embarque de drogas para os Estados Unidos e como produtor de químicos precursores e drogas sintéticas. Nesse sentido, foi assinado um acordo bilateral sobre narcóticos (1994), atualizado por um Memorando de Entendimento (1996) e pelo Tratado de Assistência Legal Mútua (MLAT, 1997). Paralelamente, a colaboração bilateral em atividades de combate ao tráfico de drogas expandiu-se em arenas multilaterais, como o Programa de Controle de Drogas da ONU (UNDCP) – ao qual o Brasil aderiu em 1991 – e a comissão para o Controle de Abuso de Drogas da OEA (OAS/Cicad). Além da expansão da agenda cooperativa, o governo norte-americano ampliou sua presença nas polícias brasileiras com a instalação de uma representação do FBI em Brasília. Nesse mesmo contexto, foram registrados positivamente em Washington os avanços obtidos no Brasil com respeito ao envolvimento da polícia e do Legislativo nas atividades antinarcóticos.

Mas há todo um setor bélico de equipamentos que também traduz interesses hegemônicos por parte do Brasil.

Acordos de venda de armas aos países do Cone Sul, de aviões Super Tucanos para a Colômbia, tentativa de venda do mesmo avião aos venezuelanos, mas que foi vetada pelos Estados Unidos, uma vez que grande parte dos componentes desse avião serem produzidos nesse país; venda de equipamentos para o Equador (novamente os Super Tucanos), também para a Bolívia, além de possíveis vendas de um novo avião de transporte, o KC-390 para a Argentina, Chile, Portugal, Rep. Tcheca e Colômbia, ambos fabricados pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (EMBRAER)⁴⁸.

O resultado do programa FX-2 licitação para a compra de 36 caças de superioridade aérea, visando a modernizar a frota da Força Aérea Brasileira (FAB), processo que se iniciou no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda não foi divulgado. Tudo indica uma clara opção pelo caça francês da Dassault, o Rafale, teoricamente continuam na briga o caça americano F-18 Super-Hornet, da Boeing, e Gripen, da sueca Saab. As idas e

⁴⁸ Revista *Exame* – Aviação – Edição 1016 – 22.09.2012

vindas continuam, falando-se já em um possível FX-3 com uma rodada de novos concorrentes. Apesar das idas e vindas existe uma clara preferência de membros do governo brasileiro pelo modelo francês (a tropa prefere o americano). O grande argumento da escolha do Rafale é a transferência de tecnologia do modelo francês, o que dificilmente aconteceria com o modelo americano. Recentemente o modelo Rafale venceu uma licitação para a venda de aviões para o governo indiano, o argumento da Nova Deli para a escolha do francês vai ao encontro das justificativas brasileiras: segundo os indianos existem uma série de casos em que os americanos se comprometem com determinadas negociações e acabam não cumprindo.

Dentro desse processo de atualização bélica das Forças Armadas Brasileiras, ventila-se a hipótese de o Exército Brasileiro comprar um sistema de defesa anti-aérea russo o Tor M-2, considerado o mais moderno do mundo na sua categoria.

Além do fato de que o Brasil poderia tornar-se o fabricante e o fornecedor de equipamento militar para os países da América do Sul⁴⁹.

Há uma corrida às armas na América Latina, e ela vale US\$ 30,7 bilhões. Ainda assim, o processo se dá “em passos relativamente lentos”, analisa a pesquisadora Bárbara Reyes, do Instituto Resdal, de Buenos Aires. Para a especialista, “os planejadores aparentemente consideram várias hipóteses de conflito, mas todas de longo prazo, no limiar de 2015 a 2020”⁵⁰

Outro elemento importante desse processo de internacionalização das questões militares foi a compra do porta-aviões Foch, renomeado São Paulo, em substituição ao velho Minas Gerais que virou sucata na China. O Brasil comprou e já recebeu um lote de cerca de 12 helicópteros Mi-35 de fabricação russa, verdadeiros carros de combate voadores, que estão localizados no 8º Grupo de Aviação (GAV) do esquadrão Poti, sediado na Base Aérea de Porto Velho.

⁴⁹ defesa@net <http://www.defesanet.com.br/> 19.07.2010. *A Indústria Bélica Nacional*. Editorial

⁵⁰ GODOY, Roberto. *Segurança & Defesa Nacional da competição à cooperação regional - América Latina Inicia Corrida às Armas*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 2007

Claro está que todo esse discurso modernizador dos equipamentos militares compreende questões geopolíticas mais amplas que serão discutidas a seu tempo nesse trabalho. Todavia, não é de se estranhar que, a despeito dos negócios, ocorram protestos do governo brasileiro quando se fala de um aumento da presença dos Estados Unidos, via construção de bases na Colômbia. Seriam sete bases no total, divididas da seguinte maneira: três para a Força Aérea (Apiay, Malambo, e Palanquero); duas para o Exército (Tolemaida e Larandia) e duas para a Marinha (Cartagena e Málaga). A partir da base de Palanquero seria possível o lançamento de aviões de transporte estratégico C-17 Globemaster III com autonomia de voo de 3.706 km e capacidade de levar 134 soldados ou uma carga de 77 toneladas, os Estados Unidos possuem cerca de 200 aviões desse modelo⁵¹.

Tal interesse deu-se em virtude da desativação da base de Manta no Equador após a subida ao poder do atual presidente equatoriano Rafael Correa. A celeuma em torno da construção das bases na Colômbia acabou encerrando-se quando:

a Corte Constitucional da Colômbia declarou ontem inconstitucional o acordo militar entre Bogotá e Washington assinado em outubro de 2009 porque, para ser aplicável, ele deveria ter sido aprovado pelo Congresso do país. A corte rejeitou a argumentação dos governos colombiano e americano, que sustentaram que o acordo que permite a militares dos EUA usarem ao menos sete bases no país só atualizava um convênio de 1974⁵²

Mas, se os interesses da corte constitucional da Colômbia responderam adequadamente aos anseios dos vizinhos, inclusive o Brasil, sob o perigo de uma intervenção branca da potência do norte, no caso do Haiti aconteceria exatamente o contrário.

⁵¹ Jornal *Folha de São Paulo* de 04.08.2009

⁵² <http://www.defesanet.com.br/18.08.2010>. *Corte Colombiana nega a instalação de bases americanas*. Reprodução do jornal O Estado de São Paulo.

1.3 - O Brasil na era do neonacionalismo, do neoliberalismo e da globalização.

É necessário entendermos a relação do Brasil com o contexto internacional não apenas político como também econômico, é aí que se insere um determinado modelo ideológico de economia o denominado neoliberalismo, que acabou sendo implantado no país. Ressalta-se que tal paradigma se não foi implantado em sua totalidade (como defendia Roberto Campos, crítico mordaz as políticas econômicas da presidência de Fernando Henrique Cardoso, e defensor visceral da completa privatização das estatais brasileiras, sendo o seu principal alvo a petrolífera Petrobrás) tal modelo reverberou nas políticas econômicas adotadas no governo de plantão.

A crise de 2008 que tem início nos Estados Unidos e cujos impactos estão plenamente vitalizados até agora como ondas de choque no conjunto de países europeus é marcada desde os sintomas até os remédios como os estertores do estado de bem estar social e da hegemonia emergente do modelo neoliberal, que finalmente alcança o primeiro mundo depois de uma estudada permanência na periferia do mundo europeu, nos países até então caracterizados como subdesenvolvidos.

Na Suíça, em 1944 reuniam-se os membros da Mont Pèlerin Society, fundada por Frederick August Von Hayek, escritor do livro *O Caminho da Servidão*. Para Hayek, o Estado, seja qualquer configuração, totalitária ou democrática com sua estrutura Keynesiana, diga-se, o Estado de Bem-Estar Social, destrói a liberdade dos cidadãos ao tornar inviável a concorrência, mola propulsora do capitalismo.

Por cerca de 20 anos sua obra ficou esquecida, pois o Welfare State conseguia impulsionar a economia com sua política de pleno emprego, mas que em 1973 economistas estadunidenses e ingleses resolveram aplicar essas normas defendidas pela Sociedade de Mont Pelerin no Chile do ditador Augusto José Ramón Pinochet Ugarte. A facilidade de sua implantação deu-se obviamente pelo fato de o Chile viver uma ditadura, a sociedade civil não teria chances de se manifestar contrariamente diante uma brutal política econômica. Ali estava inserida a gênese do Consenso de Washington, sustentáculo do neoliberalismo.

Ao término daquela década e início da próxima, a Alemanha de Helmut Josef Michael Kohl, o Reino Unido de Margaret Hilda Thatcher e os Estados Unidos de Ronald Wilson Reagan, aplicaram em seus respectivos países o receituário neoliberal. Alguns governos europeus também seguiram tal receituário, mesmo sendo representantes de partidos políticos ditos de esquerda, como Benedetto "Bettino" Craxi da Itália, François Maurice Adrien Marie Mitterrand na França, Andreas Papandreu na Grécia, Felipe González Márquez na Espanha e Mário Alberto Nobre Lopes Soares em Portugal.

Considerando as duas pontas do modelo neoliberal ou sua face de Janus, percebemos hoje mais claramente que esse período emergente do modelo revelava papéis distintos a seus participantes.

Do lado do primeiro mundo e de uma parcela dos pensadores, a globalização representava efetivamente um avanço. Do outro lado da linha, representava um conjunto de penitências. Essa dicotomia, no entanto, entrava como argumento necessário à convocação dos países em desenvolvimento a participarem entusiasticamente do processo.

De maneira geral a globalização econômica foca o que é denominado de modelo da taça de champanhe, onde os 20% mais pobres disputam 1,4% da renda mundial, os 20% dividem 82% da mesma renda. No meio, afunila-se rapidamente o restante⁵³.

Qual foi o objetivo da liderança desse modelo nos países do primeiro mundo em 1980? Conseguiu cumprir seus objetivos? O primeiro que era conter a inflação da década de 1970 foi alcançado. Nos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado, tem sua sede em Paris, França. Na OCDE, os representantes dos países membros se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. A taxa de inflação foi de 8,8 % para 5,2%, entre anos 70 para 80. Conseguindo uma redução também durante a década de 1990. O aumento da lucratividade das indústrias dos países membros da OCDE de 4,2% na década de 70 para 4,7% na década

⁵³ HOUTART, François e POLET, François. *O outro Davos – Mundialização de resistências e de lutas*. São Paulo, Cortez, 2002

de 80. O maior aumento da lucratividade ocorreu na Europa Ocidental, que passou de menos de 5,3% para mais de 5,4%.

As melhorias econômicas citadas acima só foram possíveis através da derrota do movimento sindical, refletiu-se na diminuição do número de greves durante a década de 1980 e no rebaixamento ou estagnação salarial. Tal fato só foi possível com a alta da taxa de desemprego, entendida como um mecanismo necessário e natural ao bom funcionamento de toda a economia de mercado. Percebe-se que as disparidades de renda – outro objetivo para os neoliberais – foram exacerbadas. Concomitantemente ao processo de efeitos deletérios na vida econômica dos trabalhadores, tivemos os valores nas bolsas de valores viam sua cotação quadruplicar ou triplicar.

Se analisarmos os índices mais recentes a tragédia grita aos olhos. A atual crise do capitalismo iniciada em 2008 com a quebra do banco norte-americano Salomão Brothers estendeu-se por praticamente todos os países do primeiro mundo, na Europa mais especificamente Espanha, Itália, Portugal e Grécia, talvez os países mais emblemáticos da barafunda provocada pelo neoliberalismo.

Manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser meta suprema de qualquer governo. Para isso, seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção com os gastos com bem-estar e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército industrial de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Dessa forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão descontroladamente deformado o curso normal da acumulação e do livre

mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos⁵⁴.

Desde então, a lucratividade dos bancos jamais decresceu, os sindicatos foram reduzidos a pó e o chamado exército industrial de reserva foi estruturalmente engolido numa dança que envolveu tecnologia, reengenharia, terceirização, mudança do foco da indústria para os serviços.

No Brasil tal modelo chegou ao início dos anos 1990.

Seria arriscado concluir, no entanto, que somente regimes autoritários puderam impor políticas neoliberais na América Latina. O caso da Bolívia, onde todos os governos eleitos depois de 1985 – seja o de Paz Zamora, seja o de Sanchez Losada – aplicaram o mesmo programa, demonstra que a ditadura em si não é uma necessidade, mesmo se medidas de repressões antipopulares foram tomadas. A experiência boliviana deu uma lição: a hiperinflação, com o efeito do empobrecimento que daí decorre cotidianamente para a grande maioria da população, pode servir para fazer “aceitar” medidas brutais de política neoliberal, preservando formas democráticas, não ditatoriais. Em 1987, um economista brasileiro, membro de uma instituição financeira internacional, admirador da experiência chilena de Pinochet, confidenciou que o problema crítico do Brasil, naquele momento sob a presidência de José Sarney, não residia em uma taxa de inflação demasiado elevada, como difundiam os funcionários do Banco Mundial. Ele assegurava que a taxa de inflação era baixa demais e dizia abertamente: “Esperemos que as barreiras se rompam”. Por quê? Sua resposta era simples: “No Brasil, temos necessidade de uma hiperinflação para criar as condições que levem a população a aceitar um tratamento deflacionário drástico, necessário para este país”. A hiperinflação começou no Brasil e as condições foram reunidas para iniciar um programa neoliberal, sem instrumentos ditatoriais.⁵⁵

Pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no mesmo período (1990-2001), aponta os efeitos da modernização tecnológica nesta mesma sociedade.

⁵⁴ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. São Paulo, Cia das Letras, 2009

⁵⁵ANDERSON, Perry. *Histórias e lições do neoliberalismo*. In: Houtart, F. & Polet, F. *O outro Davos, mundialização de resistências e de lutas*. São Paulo, Cortez, 2002, pp.30.

A chamada abertura econômica iniciada por volta de 1990, com toda a estratégia de privatizações e importações, erradicou algo próximo de 11 milhões de empregos só nas cidades. Em números absolutos, ou seja, sem considerarmos a variação populacional, em 1990, 59,42 milhões de pessoas estavam empregadas, enquanto, em 2001 esse número era de 64,42 milhões⁵⁶. Outras 11 milhões de vagas de trabalho foram erradicadas do campo com a emergência do agronegócio até o ano de 2008. E aqui estamos falando de desemprego estrutural, ou seja, a vaga de trabalho evaporou-se. Se considerarmos 1,8 milhão de pessoas que entram no mercado de trabalho a cada ano teremos uma visão do dramático custo social de nossa modernização⁵⁷.

De outro lado, pelo próprio movimento do mercado, 30% de todas as vagas ocupadas num período estarão vagas ao final do primeiro ano.

Inserir-se outro tema nesta trama o nacionalismo, que dado o contexto internacional da globalização e teoricamente o fim das fronteiras e a livre circulação de mercadorias e pessoas (refiro-me aqui particularmente aos cidadãos pertencentes à União Europeia), parece realmente fora de propósito diante do contexto exposto. Tema tão caro e recorrente ao longo do século 20, que gerou guerras e justificativas políticas mais esdrúxulas adotadas por governos, assunto que parecia praticamente morto, fora de pauta e propósito.

O nacionalismo por mais risível que se possa parecer aos olhos de uma parcela da intelligentsia mundial, ainda consegue mover as paixões populares, e justificar posições políticas de governos das mais diferentes correntes ideológicas, desde o governo dos Estados Unidos até a única monarquia socialista do planeta a Coreia do Norte.

No caso brasileiro, justificar gastos do governo federal com o reaparelhamento das Forças Armadas utilizando-se do argumento patriota/nacionalista nunca foi tão fácil. Fala-se desde precaver-se de uma suposta invasão da Amazônia pelas tropas norte-americanas que visariam roubar água do rio de mesmo nome, até uma suposta internacionalização da

⁵⁶A mesma pesquisa revela que foi o setor agropecuário aquele que mais perdeu postos de trabalho e que ainda detém 26% de todo o pessoal ocupado, enquanto em países desenvolvidos esse percentual não passa de 6%. Daí infere-se que o número de postos de trabalho nesse setor ainda deverá ser em muito enxugado.

⁵⁷Jornal *Folha de S.Paulo*, 18.01.04, pp. B 1.

mesma região a fim de proteger a biodiversidade local do desmatamento. Acrescenta-se ainda outros episódios que ajudam a açodar o clima, como a nacionalização das refinarias da Petrobrás pelo governo boliviano de Evo Morales ocorrido em maio de 2006, um suposto enfrentamento de grandes proporções com as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) e o mais propalado de todos uma possível guerra com a Venezuela de Hugo Chávez, por mais improvável que pareça aos olhos dos pesquisadores de assuntos estratégicos.

É obvio que a maior parte dos discursos propalados na mídia tanto impressa como televisiva podem ser classificados como patriotas ao invés de nacionalistas (discursos que acabam sendo utilizados pelos nacionalistas para justificar suas ações). É necessária aqui uma distinção entre patriotismo e nacionalismo.

Entendo por patriotismo discursos que defendem a hegemonia de um determinado país, falas que em sua grande maioria apelam para a emoção, para o visceral. Que se expressam e exacerbam de maneira desconexa e imediatista em momentos pontuais, como no episódio da nacionalização das refinarias da Petrobrás pelo governo da Bolívia. Já nacionalismo também envolve a defesa da hegemonia do país, mas para tanto são feitas análises racionais, mais abrangentes envolvendo questões de ordem econômica, política e social. Normalmente sua execução necessita de um maior tempo para sua execução.

Destaco o paradoxo de o governo brasileiro pleitear o desenvolvimento de uma indústria bélica nacional (nos moldes do que ocorreu nos anos 1980) diante da atual realidade econômica brasileira. Economistas defendem a tese de que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização a olhos vistos, tal tese é defendida principalmente pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Segundo Vieira⁵⁸:

O fenômeno da desindustrialização está cada vez mais nítido: estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, publicado na 13ª

⁵⁸ Albano Chagas Vieira, presidente do conselho diretor do Instituto Aço Brasil. Jornal *Folha de S.Paulo* de 08.09.2012

edição do Boletim Radar, revela que a reprimarização da pauta de exportação do Brasil é um fato consolidado.

De acordo com o estudo, entre 2007 e 2010 a participação das commodities primárias na pauta de exportações brasileiras saltou dez pontos percentuais (41% para 51%), depois de ter estacionado no patamar dos 40% nos anos 1990.

Hoje, o Brasil exporta mais produtos primários, em termos absolutos. Exatamente como ocorreu durante todo o período colonial e perdurando, após a independência, até o amadurecimento da indústria nacional.

O Brasil precisa decidir se quer ser um fornecedor de commodities e produtos de baixo valor agregado ou se pretende se tornar uma nação com capacidade de competir, de igual para igual, com as grandes potências.

Em junho, a produção industrial brasileira registrou redução de 5,5% na comparação com o mesmo período de 2011. O que representou a maior queda nos últimos 32 meses, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

As causas do processo em curso estão diretamente relacionadas à falta de competitividade da indústria nacional e também são conhecidas: carga tributária excessiva, encargos trabalhistas que não existem em nenhum outro lugar do mundo, burocracia, câmbio, juros e custo de energia entre os mais altos do mundo.

As consequências desse fenômeno são muito sérias, porque afetam todos os setores da economia nacional, com um efeito cascata de enorme potencial de destruição.

Um exemplo é o que está acontecendo na siderurgia. A desindustrialização agravou o consumo doméstico de aço. Hoje, ele situa-se no patamar de 140 quilos per capita ano. Se não revertermos o processo e não investirmos maciçamente em infraestrutura, iremos assistir o retorno do consumo para o patamar de 100 quilos per capita ano, em vez de crescer para 200 quilos, como é desejável.

As siderúrgicas instaladas no Brasil empregam 137 mil pessoas, com um fator multiplicador na geração de empregos na cadeia produtiva de 23,57 vezes. Ou seja, são 3,2 milhões de empregos indiretos e induzidos pelo setor do aço. Se as causas são conhecidas, as soluções para o problema se apresentam naturalmente: redução nas tarifas de energia, queda dos juros e no spread

bancário, redução da carga tributária e medidas de incentivo para promover a atividade industrial.

É justo reconhecer que o governo brasileiro tem adotado algumas medidas – os juros têm caído, há um movimento para reduzir o custo energético e incentivos pontuais têm sido concedidos.

O processo de desindustrialização requer, neste momento, uma política econômica que motive o empresariado e o faça acreditar que indústria será o verdadeiro motor do desenvolvimento nacional.

No entanto outros economistas defendem a tese que tal fenômeno não está ocorrendo, mas apenas uma adequação econômica diante da nova realidade mundial. Para Singer⁵⁹:

Quem, como a maioria dos adultos, viveu a maior parte de sua vida no século 20 aprendeu que industrialização significava progresso.

Éramos um país atrasado porque vivíamos da exportação de produtos da agricultura tropical. Com a receita dessa exportação, pagávamos produtos industriais importados.

Desenvolvimento era sinônimo de industrialização, pois os países que a lograram eram mais ricos, melhor educados e modelos culturais para os outros, que se desenvolviam mediante a substituição das manufaturas importadas por produtos nacionais.

A grande virada se deu a partir dos anos 1980 com a liberalização do comércio e da movimentação internacional de capitais à caça de superlucros em países dotados de mão-de-obra escolarizada, mas inacreditavelmente barata quando comparada com a força de trabalho nos países do Primeiro Mundo.

Começou então a transferência maciça de plantas industriais dos Estados Unidos e da Europa para os países “emergentes” da Ásia e da América Latina. O transplante industrial levou progresso para os países em industrialização acelerada, mas os grandes ganhadores foram os capitalistas do Primeiro Mundo e seus sócios nos países “emergentes”, que passaram a crescer aceleradamente. As grandes

⁵⁹ Paul Singer é economista e secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Jornal Folha de S. Paulo de 08.09.2012.

vítimas dessa desindustrialização nos países desenvolvidos foram os trabalhadores que perderam empregos e empobreceram nos cinturões da ferrugem. Seus sindicatos perderam membros e foram obrigados a abrir mão de conquistas para evitar o traslado das fábricas restantes. Como é óbvio, nada disso acontece no Brasil.

A grande dificuldade da indústria está na contração dos mercados mundiais em função da recessão nos países da periferia europeia, que estão sendo obrigados a se autoarruinar com políticas de austeridade que punem exclusivamente os pobres, mediante cortes de salários e postos de trabalho no Estado.

Embora o centro da crise esteja na Europa, suas repercussões estão agora atingido os emergentes até há pouco poupados.

Nada disso acontece no Brasil: a indústria não está se mudando para outros países, pelo que se sabe. A nossa economia cresce pouco por causa da recessão que se aprofunda na Europa e que faz com que a economia mundial se contraia. Recentemente, o “The New York Times” notificou que “após três décadas de crescimento intensivo, a China está adiante de um problema com o qual não está acostumada em sua economia: um acúmulo enorme de mercadorias não vendidas. O excedente de tudo, desde aço e eletrodomésticos até carros e apartamentos, está dificultando com os esforços da China para emergir duma desaceleração econômica aguda”.

Sendo a China nosso maior parceiro comercial, é inevitável que sua crise também nos atinja. O mesmo aconteceu à Argentina, cujas exportações caíram, o que afeta o Mersocul como um todo, onde a indústria brasileira vendia parte de sua produção.

Ainda bem que nossa indústria conta com um farto mercado interno, que está sendo estimulado por diversas políticas do governo.

A queda dos juros e em breve também do custo da energia elétrica eleva o poder competitivo das empresas. O recente aumento das taxas aduaneiras de cem produtos importados, cuja concorrência ameaçava a existência de importantes ramos da indústria, e um aumento da proteção contra a importação.

O modelo nacionalista nos moldes que foi criado na década de 1950 não existe mais e não pode ser recriado diante da nova realidade que o Brasil está inserido, leia-se neoliberalismo e globalização. Novas demandas nacionais e internacionais colocam o país em uma encruzilhada, onde escolhas e novos paradigmas demoram a ser adotados. Como justificar gastos com o reaparelhamento das Forças Armadas utilizando-se do argumento nacionalista no século 21?

Soluciona-se tal demanda criando-se o que denomino de neonacionalismo, adota-se os discursos sobre a defesa do território nacional e suas riquezas, mas se fragiliza diante de problemas crônicos, como a carência de um parque industrial que consiga atender a demanda tecnológica necessária para se produzir em território nacional os materiais para o setor bélico. Ou mais paradoxal ainda, produto fabricado no Brasil por empresas multinacionais, infelizmente o bonde para desenvolvermos um parque industrial/tecnológico já partiu há muito tempo. Ficamos como diria o grande poeta português Fernando Pessoa apenas a admirar sombras de árvores alheias.

CAPÍTULO II – A REFORMULAÇÃO DO PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NOS PLANOS NACIONAL E INTERNACIONAL

2.1 – A experiência militar brasileira no Haiti.

A partir de agora analisaremos mais detidamente o caso da intervenção brasileira no Haiti, uma vez que pode revelar um movimento local/global, cuja tradução do discurso ideológico, proferida pelos setores militares, encontra uma de suas possíveis manifestações práticas.

Toda a controvérsia sobre essa questão cai por terra quando enfrentamos a História do Haiti. De colônia escravista a primeira república negra da América, nascida de uma violenta revolução em que todos os brancos foram erradicados ou exilados, tem a indelével de um país obrigado a enfrentar uma triste sina de sofrimento e de redenção, também assolado por catástrofes naturais oportunas, vide o terremoto em 2012 que devastou grande parcela do território e da população haitiana.

Historicizar o Haiti, descrevendo as intervenções sofridas ao longo de 200 anos que prepare o leitor para o papel do Brasil como mais uma ingerência externa no país, mesmo ela vindo via ONU, é recomendado e necessário.

O Haiti foi colonizado por espanhóis e franceses, conseguindo a independência em 1804. Em razão desse fato sofreu retaliação dos escravagistas estadunidenses e europeus, um bloqueio comercial que durou aproximadamente 60 anos. De 1850 ao início do século XX, o Haiti teve 20 governantes, dentre os quais 16 foram assassinados ou depostos. Papa Doc, o médico François Duvalier elegeu-se presidente em 1957, comandando uma sangrenta ditadura apoiada pelos Estados Unidos. Tornou-se presidente vitalício em 1964, após a sua morte em 1971, seu filho Jean-Claude Duvalier, o Baby Doc, o sucedeu, ficando no poder até sua saída em 1986, quando acabou fugindo para a França.

A relação de invasões ao território haitiano é extensa: em 1869 pela França; 1871 pela Espanha; 1877 pela Inglaterra; 1914 e 1915 pelos Estados Unidos, ficando até 1934, e de novo em 1969. Somente em 1990 foram realizadas eleições democráticas, sendo eleito o padre Jean-Bertrand Aristide. Governo considerado medíocre acabou sendo deposto em 1991, quando se

exilou nos Estados Unidos, conseguiu voltar ao poder em 1994 e, novamente em 2004, refugiou-se na África do Sul. Caiu em virtude da sua conivência com o governo norte-americano e de acusações de corrupção. O Haiti é o país mais pobre da América, onde aproximadamente 60% da população são subnutridos e mais da metade sobrevive abaixo da linha da pobreza.

A instabilidade que levou ao quadro de violência generalizada no território haitiano nos primeiros meses de 2004 teve início quatro anos antes, quando o ex-padre Jean-Bertrand Aristide foi eleito presidente pela segunda vez em uma década, em um pleito que contou com apenas cinco por cento de participação popular. Ainda em 2000, as eleições legislativas foram vencidas pela *Famille Lavalasse*, partido de Aristide, em pleito claramente fraudulento. O descontentamento da população foi reprimido com violência pela milícia do presidente. Em 2003, foi formada uma oposição, composta por diversos partidos políticos e setores da sociedade civil e da iniciativa privada com o apoio da comunidade internacional. A coalizão, que pedia a renúncia de Aristide, contava, também, com o auxílio de grupos armados. Com o aprofundamento da crise política, no início de fevereiro de 2004 um conflito armado teve início na cidade de Gonaives, espalhando-se pelo país nos dias seguintes. A parte norte do Haiti foi tomada pelos insurgentes opositores, que ameaçavam chegar à capital, Porto Príncipe. Como resultado, Aristide assinou sua carta de renúncia no dia 29 daquele mês e a Minustah foi estabelecida com o aval da comunidade internacional⁶⁰.

Já a historicidade mais comprimida do papel representado pelo Brasil nesse vasto inventário de sofrimento teve os seus primeiros vislumbres ironicamente minutos após o anúncio da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no seu primeiro mandato na presidência da República.

Documentos mostram como Lula se aproximou dos EUA. Registros diplomáticos mostram que preocupação foi enviar mensagem de confiança a investidores e negar possíveis 'surpresas'.

⁶⁰ CORBELLINI, Mariana Dalalana. Segurança e Defesa no Haiti: o papel da Minustah. In: CARVALHO, Leonardo. Arquivado de. et alli, op. cit.

Documentos liberados pelo governo norte-americano mostram que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva priorizou a relação com os Estados Unidos, desde que foi eleito em outubro de 2002. Os bastidores dessa aproximação com a administração de George W. Bush está em telegramas diplomáticos⁶¹.

A primeira preocupação de Lula foi enviar uma mensagem de segurança aos investidores estrangeiros. Depois ele assumiria papel de moderador na América do Sul, buscando amortecer o impacto da retórica antiamericana do presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Apenas três dias depois de ser eleito, Lula se reuniu com a então embaixadora dos EUA no Brasil, Donna Hrinak. A conversa foi relatada por ela ao Departamento de Estado norte-americano.

Lula salientou repetidamente que queria trabalhar com os Estados Unidos, em geral e na Alca”, escreveu Hrinak. Ao presidente, ela salientou que seria importante evitar “surpresas desagradáveis”, especificamente uma mudança da política econômica herdada de FHC. “Lula imediatamente respondeu que não haveria ‘nenhuma surpresa’. Que não seria ‘ideológico’, observou a embaixadora⁶².

Uma chave para entendermos o momento que evidencia o resgate do papel protagonista dos militares brasileiros num novo cenário em que os valores especificamente nacionalistas estão em questionamento, e principalmente a possibilidade de reconstruir uma imagem que se distanciasse do velho papel impopular desempenhado durante os anos de ditadura, pode ser mais bem apreciado tanto nos argumentos quanto nas práticas aplicadas na intervenção no Haiti.

A intervenção brasileira no Haiti deu-se após a queda do presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide, cuja saída foi forçada por tropas franco-estadunidenses. No bojo desse processo o Brasil foi convidado pelo então presidente dos Estados Unidos da América, George Bush, para que liderasse a força internacional de ocupação do Haiti, que substituiria as tropas norte-americanas acantonadas no país.

⁶¹ Jornal *Valor Econômico*, 09.10.2002.

⁶² Jornal *Folha de São Paulo*, 07.05.2008, Brasil, A-10.

O presidente Lula aceitou tal tarefa. Justificava-se que a intervenção contribuiria para a democracia, o progresso, a ordem, levantando-se inclusive o caráter pacífico da expedição. É claro que havia intenções outras, ou seja, a participação na intervenção facilitaria o pleito brasileiro em ser um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando de sua tão esperada reforma.

Digno de nota é o fato que a invasão estrangeira do Haiti ter sido condenada pelo Caricom, Associação dos Países do Caribe, e pelo próprio estatuto das Nações Unidas. Tal invasão só poderia ter acontecido com a anuência do presidente haitiano, o que não teria ocorrido.

O primeiro contingente brasileiro foi formado por 1.400 soldados, que ao longo dos anos foram sendo substituídos por outros homens.

O que nos leva necessariamente à metodologia característica da Minustah. Para tanto, nenhuma melhor que a voz do ideólogo do novo papel das Forças Armadas Brasileiras, o general de divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira, um velho defensor da presença dos arroteiros no caso da Reserva Raposa Serra do Sol, das questões relacionadas à mata nativa na Amazônia Legal, e cuja truculência levou o então presidente Lula a forçar sua aposentadoria, embora suas ideias continuassem a vibrar no discurso político oficial, como no polêmico caso da Hidrelétrica de Belo Monte.

A Minustah prevê um amplo processo de desarmamento, desmobilização, e reintegração (DDR) e a força militar tem se engajado no problema. Entretanto, peculiaridades da situação do Haiti tornam o quadro complexo. Em outros países, facções opostas, como parte do acordo de paz, concordam em desarmar-se e incluir-se em um programa de DDR. No caso do Haiti, não existem grupos formais em conflito, nem tampouco acordo de paz. A maior parte das armas está nas mãos dos integrantes dos diversos grupos, que se homiziam em favelas e outros locais densamente habitados, paupérrimos e de difícil acesso. O desemprego contribui para invalidar a reintegração dos marginais à sociedade.

O desarmamento forçado, nessas condições, necessita de um eficaz sistema de inteligência, sem o quê corremos o risco de provocar

sérios danos na população civil inocente. A força da Minustah tem optado pela condução de operações pontuais, contra alvos claramente definidos, de modo a reduzir ao máximo os efeitos colaterais⁶³.

Percebemos pela fala do general Heleno, a justificativa para uma atuação truculenta por parte das Forças Armadas, leia-se o Exército, em sua campanha para estabelecer a democracia no Haiti. Na verdade aí está o cerne da defesa das campanhas de Garantia da Lei e da Ordem que já estão sendo utilizadas no território brasileiro.

O cerne que emana do discurso de Heleno está na palavra “homiziar”, cujo significado é, entre outros, esconder, dar abrigo a foragidos da justiça. Ora, segundo essa ótica, as favelas abrigam marginais socialmente condenados por uma justiça que, em todos os sentidos, está ausente. Os “efeitos colaterais” serão maximizados, uma vez que tais “grupos armados”⁶⁴ são pretextos para impor um verdadeiro estado de repressão sobre toda a comunidade (leia-se “favela”).

Em resumo, estima-se que um por cento dos habitantes desses guetos de miséria são realmente criminosos, mas a repressão recai sobre cem por cento dos seus habitantes. Vislumbra-se uma política de segurança continental.

Justifica-se dessa maneira a importância e a existência das Forças Armadas como uma instituição capaz de sanar problemas da sociedade brasileira contemporânea e embora essa estratégia de compressão dos bolsões de miséria tanto no Haiti quanto no Brasil não seja inovadora, sua aplicação num espaço midiático como esse legitima os setores militares, com ênfase no Exército, a um papel preponderante, gerando sem dúvida nenhuma uma expertise as Forças Armadas Brasileiras. Tal conhecimento foi utilizado posteriormente no processo de pacificação de favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Na realidade a intervenção foi vendida como pacífica, como cordial e aparentemente irmanava os povos brasileiro e haitiano, como ficou

⁶³ PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. O componente Militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.). *Segurança & Defesa Nacional da competição à cooperação regional*. São Paulo, Editora Fundação Memorial da América Latina, 2007, p.179.

⁶⁴ Que podem ser perfeitamente substituídos por grupos de traficantes, milícias, bailes funk, etc.

demonstrado no triste espetáculo da apresentação da seleção brasileira (18.08.2004), conduzida ao estádio por um cortejo de blindados urutus (de fabricação orgulhosamente brasileira) seguida por um contingente de famélicos, desesperados e maltrapilhos haitianos, ansiosos por receberem as bênçãos das divindades do futebol como Ronaldinho e Cia, à semelhança tristemente famosa de reis franceses que desdenhosamente ofereciam as mãos aos beijos ansiosos dos escrofulosos em busca da cura milagrosa que nunca veio.

No substrato desse espetáculo, no entanto, a realidade era muito diferente.

Tomemos como inspiração para um exercício de enorme dificuldade interpretativa, da percepção de uma parte da população haitiana acerca da intervenção brasileira, a charge abaixo, do polêmico brasileiro Carlos Latuff, conhecido também pelas suas ácidas charges acerca da primavera árabe.



Fonte: www.charges.Latuff

Relatos da violência entre as tropas brasileiras e os haitianos vão de encontro ao discurso pacifista vendido pelas autoridades brasileiras. Em 2008 a Minustah investigou denúncias de maus tratos cometidas por oito soldados das tropas brasileiras contra três jovens haitianos, em Fort Dimanche, no centro de Porto Príncipe.

Segundo relatos de soldados brasileiros que retornaram do Haiti, o nome “missão de paz” dava uma impressão errada do que realmente estava acontecendo. Um soldado identificado com “S”, explica:

Até parece que este nome é para tranquilizar as pessoas no Brasil. Na verdade, não há dia em que as tropas da ONU não matem um haitiano em troca de tiros. Eu mesmo, com certeza, matei dois. Outros, eu não voltei para ver”⁶⁵.

Denúncias se somam ano a ano: vozes dissonantes como a do deputado federal Ivan Valente, o sociólogo Emir Sader, o escritor Fernando Morais, Plínio de Arruda Sampaio, Marcus Sokol (membro da executiva nacional do PT), os diretores nacionais da CUT, Jorginho Martins e Gilson Reis, já em 2004 eram contrários ao envio de tropas brasileiras, demonstrando que a força dos militares era maior do que as questões partidárias de então.

Dentre os argumentos desse grupo um elemento que nos chama a atenção diz respeito ao aspecto subcolonizador assumido pelo Brasil na intervenção, ou seja, um dos interesses prevaletentes de dar proteção aos interesses econômicos norte-americanos no caso do acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e Haiti, chamado Hope, sancionado durante o governo de André Preval, que regularia as exportações têxteis do Haiti para os Estados Unidos, proporcionando maiores lucros às multinacionais estadunidenses.

E o mais revoltante: desde 2005 as tropas da ONU têm chacinado haitianos em represália explícita por se manifestarem pela retirada das tropas e pelo retorno de Aristide – *Titid*, como o povo pobre o chama. Manifestações com dezenas de milhares de haitianos são reprimidas à bala pelas forças policiais e tropas das Nações Unidas. Quando as manifestações são muito grandes, no dia seguinte as tropas da ONU costumam fazer incursões em Cité Soleil – com 300 mil moradores, é a maior favela na periferia da capital do país, Porto Príncipe – e atiram por horas sem parar contra as casas dos moradores, matando homens, mulheres e crianças. Só não matam idosos porque estes são raros no Haiti. A expectativa de vida é de 49 anos!

⁶⁵ Folha de SP, 29.01.2006.

Nessas incursões – chamadas de “punições coletivas” por alguns jornalistas presentes no Haiti – os soldados atiram de dentro de seus carros blindados, semelhantes aos “caveirões” usados pelo BOPE nas favelas do Rio, e também de helicópteros. Muitas pessoas, principalmente crianças, são atingidas na cama, enquanto dormem, por balas de grosso calibre que atravessam os telhados de suas habitações.

Depois de contar e chorar seus mortos, o povo pobre de Cité Soleil volta às ruas protestando e é reprimido de novo! A situação de um povo desarmado enfrentando forças externas tão poderosas como essas pode aniquilar física e psicologicamente toda uma geração.

Os que buscam se organizar ou participar de movimentos de resistência são mortos ou presos sem motivo, ilegalmente. Depois de presos sofrem torturas e geralmente são “desaparecidos” pela Polícia Nacional. Já são incontáveis os presos políticos e ativistas desaparecidos.

Há, todavia similaridades perturbadoras na cena descrita acima e que nos força a buscar as causas dessas perturbações. Chacinas em São Paulo são mais rotineiras do que poderíamos aceitar. Chacinas no Rio de Janeiro também. O cenário das favelas cariocas cotidianamente chamuscadas por tiroteios, provenientes da repressão permanente dos órgãos repressores do Estado infelizmente tornou-se algo comum. Onde o exército brasileiro foi procurar experiência de combate em centros urbanos? No Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que fez um convênio com o exército brasileiro para trocar experiências de combate com o contingente que foi enviado ao Haiti no primeiro semestre de 2004.

É verdade que essa conexão estaria sendo patrocinada diretamente pela ONU, que parecia entender que o caso haitiano, em algumas manifestações muito precisas, referia-se diretamente ao combate ao narcotráfico.

Segundo Caio Dezorzi em seu texto Tropa da Elite e para a Elite, publicado no jornal Luta de Classe número 7 de novembro de 2007,

Mesmo que o BOPE acabasse com o tráfico nas 700 favelas do Rio de Janeiro, o desemprego continuaria, a falta de políticas públicas de habitação, educação, saneamento, saúde, lazer, recreação e cultura,

continuariam. E portanto, os burgueses que investem no ramo das drogas ilícitas continuariam encontrando terreno fértil para o subemprego do tráfico. E em 6 meses as 700 favelas do Rio estariam tomadas pelos traficantes novamente.”

Como se todo esse sofrimento não bastasse à população carente haitiana, somou-se mais um flagelo, o terremoto do dia 12 de janeiro de 2010, com a magnitude 7,0 na escala Richter, catástrofe que gerou 250 mil feridos, 1 milhão e meio de desabrigados e um número de mortos que provavelmente ultrapassou 200 mil indivíduos, além de destruir praticamente metade das construções existentes na região de Porto Príncipe (capital). Entre os mortos e feridos, encontravam-se 21 brasileiros que pereceram em decorrência do abalo sísmico. A morte dos brasileiros acabou gerando uma grande comoção em terras nacionais, dando visibilidade ao papel das Forças Armadas no Haiti. Os noticiários trataram repetidamente o assunto, formando um consenso favorável da opinião pública sobre a permanência das tropas tupiniquins em solo estrangeiro. Não faltaram cenas lacrimosas mostrando a bondade e solidariedade nacional aos desafortunados haitianos, que na visão da mídia estavam tendo o privilégio de serem atendidos pela bondade dos brasileiros. É óbvio que para vítimas pouco importam as intenções daquele auxílio, desde que ele venha seja lá de onde for; questiona-se é o uso interesseiro das imagens a fim de justificar gastos expressivos na manutenção do contingente brasileiro em solo haitiano.

Desde a chegada em 2004 das tropas brasileiras que formam a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) a operação já custou ao governo brasileiro aproximadamente R\$ 1 bilhão⁶⁶ até 2011, gasto que inclui a manutenção de equipamentos, palestras, viagens, treinamento de pessoal, compra de material para os alojamentos. Desse total apenas 31% a Organização das Nações Unidas (ONU) reembolsou para o governo brasileiro. Numerário considerável, para especialistas, uma vez que as Forças Armadas reclamam dos contingenciamentos orçamentários e a penúria de recursos.

O atual ministro da Defesa Celso Amorim, reflete sobre uma maneira de programar a retirada das tropas brasileiras do Haiti. A retirada das tropas,

⁶⁶ <http://www.forte.jor.br/tag/haiti/>

no entanto, não é unânime entre os especialistas. Para o professor Pio Penna Filho, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília:

O custo não é o grande problema. Está no momento de sair, mas não se sabe como sair. É necessário haver um processo de transição. O que não se pode é deixar o tempo passar de forma que a permanência das tropas se torne eterna. Há questões políticas envolvidas nesse processo e até os haitianos já declararam que não querem uma intervenção eterna⁶⁷.

Enquanto outro especialista, o coronel Geraldo Cavagnari, membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas, pondera: “Acho que as tropas devem permanecer, pois não está implicando nenhum risco e há muitos aspectos diferentes em jogo”.

2.2 – Eixos da Estratégia de Defesa Nacional e a nova visão de segurança.

Aparentemente, desde os estertores do regime militar e ainda durante o governo Geisel a tecnocracia militar estava atenta à sua sobrevivência no regime democrático. Segundo Cândido Mendes,

é nessa mesma medida que a tecnocracia militar logrou gerar diversos e inominados mecanismos pelos quais sua consolidação real enfrentou obstáculos insuspeitáveis à visão dos simples retornismos. Na verdade, assentou-se sobre um padrão de consistência de seus desempenhos e de produção de resultados que já denotava a configuração nova de modelos políticos. Cada vez mais, não é só a saída de um quadro de exceção o que o caracterizava. Mas o ganho de uma resposta criadora às expectativas de comando de uma complexidade social emergente e de uma riqueza de interesses a se compor pela política de mudança⁶⁸.

⁶⁷ www.fab.mil.br, 09.08.2011

⁶⁸ MENDES, Cândido. *Razão Armada*. Rio de Janeiro, Garamond, 2012, p. 136/7.

Porém, a práxis emergente aqui analisada não permite que tenhamos dúvidas acerca da racionalidade dos militares nessa passagem, desacreditando a ideia de um “retornismo ingênuo”, mas evidenciando o papel como protagonista de primeira ordem no jogo político nacional.

De cara, é preciso enfatizar que a própria Constituição é leniente nos dispositivos que resguardam a questão da segurança. Como nos lembra Soraya Gasparetto Lunardi, tanto ao artigo 5 da Constituição Federal de 1988, quanto o artigo 6º da mesma constituição criam um direito que é ao mesmo tempo positivo e negativo. A tradução dessa ambiguidade está destacada nesse trecho de seu texto:

(...)a unilateralidade do conceito de segurança que, no senso comum e na mídia, se relaciona quase exclusivamente à violência urbana (...) é discriminatório, selecionando como destinatários-beneficiários da segurança grupos sociais privilegiados, tendo seu patrimônio e incolumidade física protegida pelo Estado contra riscos de agressão externa ou em razão da criminalidade violenta. Tal conceito de segurança não abrange os grupos socialmente inferiorizados que não se preocupam de maneira prioritária com a segurança patrimonial e sim com aspectos materiais de satisfação de suas necessidades humanas.

Para evitar a unilateralidade se faz necessário redimensionar o conceito, pensando na segurança não somente em termos de confronto entre defensores da ordem e agressores, mas, também, em termos de políticas públicas de garantia dos direitos sociais. O desempregado se sente tão inseguro quanto o rico empresário que teme os “bandidos”. Mas quando os políticos e jornalistas lamentam a insegurança e clamam por políticas “tolerância zero” contra a quem à ameaça, não se referem à insegurança dos desempregados nem pedem “tolerância zero” para os empresários que os demitiram⁶⁹.

⁶⁹ LUNARDI, Soraya Gasparetto. Direito à segurança na constituição brasileira. In: CARVALHO, Leonardo Arquimimo de. et alli. (coord.) *Segurança e Defesa na América Latina*. Curitiba, Juruá, 2009, p. 272-3.

Não é de se estanhar, contudo, que constitucionalistas mais comprometidos com a razão militar omitam esse gancho da implicação social. Os militares acabam sendo incumbidas da missão de garantidores da democracia. Ives Gandra Martins, afirma:

Segundo a Constituição de 1988, cabe aos militares restabelecerem a ordem e a lei (art. 5º). Em caso de conflito entre legislativo e judiciário, as Forças Armadas seriam o fiel da balança. O restabelecimento da democracia ficaria a cargo também dos militares⁷⁰.

Esse pensamento, afinal, é hegemônico na alimentação ideológica do discurso oficial.

Contribuindo para entendermos esse processo, temos a Estratégia Nacional de Defesa, também denominada de Plano Nacional de Defesa, que já foi aprovado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, e votado em 2010 pelo Congresso Nacional, tendo sofrido críticas já no fim de 2008 por três generais na iminência de irem para a reserva. Tais generais apresentaram relatório em reunião do Alto Comando do Exército, criticando o Ministério da Defesa, acusando-o de ingerência nas Forças Armadas, sendo feitas também críticas ao número de servidores civis no Ministério. O documento é assinado pelos generais Paulo César de Castro, chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa; Luiz Cezário da Silva, comandante Militar do Leste; e Maynard Marques de Santa Rosa, chefe do Departamento Geral de Pessoal⁷¹. Esse plano terá impacto para o desenvolvimento a curto, médio e longo prazo (com uma duração de 50 anos) para o Brasil, diz respeito também à vida cotidiana da população civil.

Concordando com esse tipo de raciocínio, para Oliveiros S. Ferreira⁷² o controle das Forças Armadas brasileiras pelos civis, cujo início, ou melhor, sua consolidação, foi o surgimento, em 1999, do Ministério da Defesa, acarretaria

⁷⁰ GANDRA, Ives. Coloque o título da palestra. Palestra ministrada na sede do III Exército em 02.09.2011. indique o acervo onde encontrou o documento.

⁷¹ Jornal *O Globo* de 04.03.2009

⁷² FERREIRA, Oliveiros S. *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo, Saraiva, vol.2, 2007.

uma progressiva perda de autonomia e soberania nacionais, ele defende a seguinte tese:

A constituição de 1988 e, depois, a legislação sobre os partidos políticos, criaram as condições que permitem que hoje, o governo predomine sobre o estado e, mais que nunca, os interesses privados predominem sobre os públicos, assim como os internacionais sobre os nacionais.

Devemos refletir sobre o senso equilibrado de Domício Proença Júnior e Eugênio Diniz, que reconhecem as vantagens de um tema de interesse militar ao se transformar em tema político:

A primeira característica de uma política de defesa é exatamente sua natureza política. Desse ponto de vista, é preciso entendê-la como fruto do entrelaçamento de interesses e perspectivas das diversas forças políticas relevantes no panorama político da sociedade brasileira. Como sempre, em assuntos políticos, tratar-se-á sempre de um acordo, resultado de mútuas concessões, de natureza pragmática ou ideológica, refletindo um determinado equilíbrio temporário de forças, as diferentes intensidades com que os interesses concretos dos grupos políticos aparecem na cena internacional, e até a maior ou menor presença do tema no conjunto da opinião pública⁷³.

A Estratégia Nacional de Defesa delimita três eixos: a reestruturação da indústria bélica nacional, vislumbrando-se também a exportação; a ampliação do serviço militar de fato obrigatório, inclusive para mulheres, a ideia é nivelar os brasileiros de diferentes classes sociais; e a reorganização das forças armadas. Foram elencados três setores estratégicos: o nuclear, o cibernético e o espacial.

Dentre outros pontos que foram postos, temos a possibilidade de delegar poder de polícia às Forças Armadas, havendo a necessidade de debater o tema pela sociedade brasileira, pois se trata de um assunto

⁷³ PROENÇA, Domício Júnior e DINIZ, Eugênio. *Política de defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 37.

candente, já que o pensamento popular é de que “se os marginais usam armamento teoricamente restrito às Forças Armadas, logicamente devemos solicitar para que as mesmas nos defendam”. A reunião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ECO 92, realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, realizado em 13 e 22 de junho de 2012, ambas na cidade do Rio de Janeiro, contribuíram para tal pensamento, uma vez que a cidade viveu um clima de segurança há muito não visto. Tal raciocínio para especialistas é temeroso, pois uma coisa é atuar como força subsidiária, garantia da lei e da ordem (parte dessa atuação é vislumbrada no plano), outra é transformar as forças armadas em polícia.

As Forças Armadas são treinadas para eliminar, destruir e ganhar a batalha o mais rápido possível, enquanto a polícia deveria, em tese, investigar, prender e levar os criminosos para a justiça a fim de serem julgados. São conceitos, metas e escopos distintos.

Para os que defendem o papel intervencionista das Forças Armadas, na caótica segurança pública brasileira, é a participação do exército brasileiro no Haiti que serve como argumento. A fim de corroborar com tal tese, utiliza-se a exaustão imagens do “banguê-banguê” brasileiro, através da mídia televisiva, seguidos pelas mais desvairadas análises, que clamam pela “mão pesada” das Forças Armadas. Para esses defensores, no país caribenho foi encontrada uma situação pior do que em qualquer favela do Brasil, pois para desarmar as gangues que acabaram tornando-se polícia, houve a necessidade de entrar atirando. Pleiteiam uma atuação das Forças Armadas no Brasil semelhante à que foi utilizada no Haiti. O problema é que uma provável intervenção em favelas, se utilizássemos todos os meios possíveis, teríamos um campo de batalha com consequências imprevisíveis para a população local, e tal fato já ocorre em escala reduzida com as tristemente famosas “balas perdidas” que acabam alvejando inocentes.

Segundo os críticos, com essa possibilidade de se treinar um militar a fim de torná-lo um policial, é necessário mudar a mentalidade e o seu condicionamento. Para eles quando precisarmos de um soldado, como iremos mudar a sua mentalidade, se o mesmo foi treinado para ser um policial? Como a sociedade vai saber o que irá acontecer no contexto político internacional

daqui a alguns anos? Se ocorresse uma guerra teríamos policiais e não soldados. No caso da aprovação do plano já citado, um militar que atuar de forma não condizente, será julgado pela Justiça Militar ou pela Justiça Comum? Caso muito emblemático é o de um oficial dos fuzileiros navais que, responde até hoje na justiça comum um processo pela sua atuação em 1992.

Em consonância com tal possibilidade, o Exército Brasileiro treina um batalhão (oscila de 300 a 450 homens) para atuar na garantia da lei da ordem.

Percebe-se uma intencionalidade, ao sabor do interesse de amplos setores da sociedade brasileira, conforme relatado acima, em misturar e confundir os conceitos de defesa e segurança, apresentando-os como semelhantes. Grosso modo defesa relaciona-se a questões do âmbito externo, enquanto segurança vincula-se a questões internas do país.

Percebe-se uma grande diferença se compararmos a legislação brasileira com a argentina no tocante a uma regulamentação clara sobre o papel das Forças Armadas. Na Argentina, “segundo a nova legislação, defesa nacional é a ação estatal destinada à solução daqueles conflitos que requerem o emprego das Forças Armadas, de forma dissuasiva ou efetiva, para fazer frente a agressões de origem externa – ou seja, diferentemente da legislação de outros países da região, ficava proibido aos militares intervir em conflitos internos. As Forças Armadas foram institucionalizadas como instrumento militar da defesa nacional, cuja competência institucional difere da segurança interna”.

Podemos inferir que talvez essa legislação seja fruto de um processo acelerado da saída desses militares do comando do país. Não ocorreu uma negociação, e sim o seu solapamento. Provocado entre outros fatores pela derrota na guerra das Malvinas, por uma gestão temerária das finanças públicas e soma-se a isso a traumática repressão liderada pelos militares, onde seus dobramentos são presentes até hoje na sociedade argentina.

O denominado processo de “redemocratização” do Brasil foi completamente dispare do ocorrido nos vizinhos do sul. A saída dos militares brasileiros foi pensada e conduzida por estes, sem dúvida tal fator explica a disparidade entre os dois processos.

Com a criação do Ministério da Defesa em 10 de junho de 1999, os ministérios militares foram eliminados, o que significou uma sensível perda de poder pelas Forças Armadas. Tais ministérios tornaram-se comandos tendo,

porém, ainda grande autonomia, ocasionando que os antecessores do atual ministro da Defesa, Celso Amorim, sofreram grande resistência por parte dos militares. A transferência do poder militar para civis mostrou-se lenta, uma transição difícil mesmo em países desenvolvidos. O Brasil está consolidando essa nova hierarquia gradativamente, pois, na lógica de funcionamento do mundo militar, um objetivo sempre político acima dos estritamente militares, táticos ou operacionais, e como os fins são políticos, nada mais sensato e lógico, que o comando seja feito por políticos e civis.

As alterações promovidas no quadro do Ministério da Defesa resultaram em algumas mudanças, embora não de forma essencial até o presente momento. O ministro da Defesa Nelson Jobim (assumiu em 25 de junho de 2007 e saiu em no dia 4 de agosto de 2011), que continuou na pasta mesmo após a eleição de Dilma Rousseff, sendo substituído pelo sétimo ocupante do Ministério da Defesa, Celso Amorim. Mudança realmente importante foi a saída do Secretário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger (assumiu em 18 de junho de 2001 e saiu em 30 junho de 2009), o grande artífice das propostas relativas à segurança nacional e as estratégias de diplomacia cujas teses não foram alteradas.

Pretende-se criar um Estado-Maior de Defesa no mesmo nível dos comandantes militares (esses comandos ficariam subordinados a esse Estado-Maior), processo também complicado e difícil, como demonstrado, por exemplo, na Espanha e Austrália, países com tradições militares distintas. Para um comando unificado formado por um general de quatro estrelas, um tenente-brigadeiro e um almirante, que mandariam em outros oficiais de igual patente, vislumbra-se uma unificação do comando das Forças Armadas. Hoje, cada comandante do Exército, Marinha e Aeronáutica faz seu orçamento/planejamento e o envia para o Ministério da Defesa, cada Força apresenta 8 projetos, sendo selecionados os melhores, que por sua vez, são enviados ao Ministério do Planejamento.

Segundo o professor da Escola Superior de Guerra Gustavo Heck⁷⁴, alguns militares reclamam do arrocho do orçamento militar, supostamente, segundo eles, feito como uma revanche pelo período em que estiveram no

⁷⁴ In *Globo News*, Painel de 20.11.2009.

poder (1964-1985). Ocorre que a atual situação em que 74% do orçamento militar estão empenhados em folha de pagamento, sendo 52% do valor pago aos aposentados foi um problema criado pelos militares e não por civis. Militares acalentam a possibilidade de que esse plano, em cinco anos, garanta investimentos no setor iguais a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Atualmente o montante é de 1,5% do PIB. No orçamento de 2009 estava previsto, e foram confirmados, R\$ 51 bilhões⁷⁵ para a Defesa. Serão 10,9 bilhões para investimentos na Marinha, Aeronáutica e Exército. Comparando-se com a verba destinada para o ano de 2008, o setor teve um aumento de 51,3%, prevendo-se até 2030, um montante de R\$ 149 bilhões para atender aos programas defendidos pelo Exército, a denominada Estratégia Braço Forte.

O Brasil ficou durante 30 anos sem investir seriamente na atualização das forças armadas. As compras esporádicas que ocorreram nessas três décadas foram para manter o mínimo de operacionalidade. A frota da Marinha de Guerra, por exemplo, entraria em colapso no ano de 2020, quando não teríamos nenhuma embarcação funcional, pois o equipamento já estaria com a sua vida útil expirada. A Marinha de Guerra Brasileira possui hoje 42 embarcações, número, segundo a ótica dos militares, muito aquém do necessário. Exemplo de arremedo foi a compra de caças Mirage 2000C, para substituir os obsoletos Mirage IIIE (comprados pelo Brasil em 1970 e entregues em outubro de 1972 e maio de 1973), eram na época junto com a Argentina, os aviões de caça mais modernos da América do Sul. No século XXI tornaram-se um perigo para a segurança dos pilotos da FAB dado o envelhecimento de suas estruturas.

Imaginava-se que com o fim da guerra fria não teríamos mais guerra; ledoo engano, pois, de 1990 para cá ocorreram mais de 100 conflitos. É baseado nessa expectativa que o discurso ideológico dos militares é proferido. O Plano Nacional de Defesa visa ao poder dissuasório, através de submarinos de propulsão convencional e nuclear (alguns especialistas divergem da vantagem do submarino atômico, pois todo submarino nuclear é utilizado para ataque) e caças. Forças Armadas brasileiras capacitadas para garantir a segurança do território brasileiro – principalmente a parte marítima, a

⁷⁵ In *DefesaBrasil.com*.

denominada Amazônia Azul⁷⁶. Cerca de 95% do comércio internacional brasileiro é feito pelo mar e o pré-sal, que se localiza no mar de 200 milhas, sendo uma parte das descobertas petrolíferas fora desse limite. Acalenta-se o Brasil como a maior força militar da América Latina, protegendo-nos de uma força militar hegemônica ou conjunto de países, caso essa força militar hegemônica sejam os EUA, não teríamos chances de vencê-los utilizando armas convencionais.

O Plano, então, estimula a tentativa da integração da América do Sul e via Conselho Sul Americano de Defesa da UNASUL, pleiteia criar um ambiente sul-americano de confiança mútua, para que se possa desenvolver uma indústria de defesa integrada, uma cadeia produtiva de indústrias de defesa, integrada entre os países da América do Sul. A EMBRAER já faz isso, tem uma parcela dos seus aviões que é fabricada no Chile e na Argentina.

Como já foi dito, a indústria de defesa brasileira está consagrada neste plano, visando à sua reativação, reequipar as forças armadas, tendo como base a indústria nacional, esta precisando garantir que no momento em que começar a produzir seus produtos, terá um mercado consumidor. O governo brasileiro comprará equipamentos que talvez nossos vizinhos venham a comprar. Sendo difícil viabilizar a indústria de defesa sem uma escala de produção, se a EMBRAER dependesse das compras nacionais, não sobreviveria.

Manterem-se atualizadas é uma das tarefas mais importantes das Forças Armadas. Desde o século XIX, a vertente tecnológica dessa atualização tem sido um dos grandes desafios para políticos, comandantes e Estados-Maiores. Embora essa vertente tenha componentes tanto em termos de produtos (por exemplo, armamentos) quanto processos (por exemplo, táticas), houve uma

⁷⁶ Conforme estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ratificada por quase cem países, inclusive o Brasil, todos os bens econômicos existentes no seio da massa líquida, sobre o leito do mar e no subsolo marinho, ao longo de uma faixa litorânea de 200 milhas marítimas de largura, na chamada Zona Econômica Exclusiva (ZEE), constituem propriedade exclusiva do país ribeirinho. Em alguns casos, a Plataforma Continental (PC) - prolongamento natural da massa terrestre de um Estado costeiro - ultrapassa essa distância, podendo estender a propriedade econômica do Estado a até 350 milhas marítimas. Essas áreas somadas - ZEE mais a PC - caracterizam a imensa Amazônia Azul, medindo quase 4,5 milhões de Km², o que acrescenta ao País uma área equivalente a mais de 50% de sua extensão territorial.

reificação da máquina – especialmente do armamento – como suficiente para determinar a atualidade ou obsolescência dos arranjos militares. Isto é, a posse de um ou outro armamento seria condição necessária e suficiente para se aferir a atualidade de uma determinada força. A história militar do século XX é pontuada por momentos em que este entendimento se revelou insuficiente para dar conta das necessidades de atualização. Ficou claro que, mais do que os equipamentos em si mesmos, a forma de seu emprego e sua integração dentro e para além das organizações militares é que poderiam servir para monitorar a atualidade de uma dada Força Armada⁷⁷.

O Brasil possui a terceira maior indústria aeronáutica do mundo, constrói submarinos convencionais, e, através do Laboratório de Geração Núcleo Elétrico, do Centro Experimental de Aramar localizado em Iperó, pertencente à Marinha de Guerra do Brasil (inaugurado em 1986), irá construir, com tecnologia nacional, o reator do primeiro submarino nuclear brasileiro. O Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria de Defesa (COMDEFESA) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), propõe estímulos econômicos como desoneração fiscal para o incremento desse setor. Interessando-se pela oportunidade de negócios que visam justamente a viabilizar a fabricação de equipamento de defesa, reavivando um setor industrial brasileiro que durante a década de 80 do século passado tinha transformado o país no oitavo maior exportador mundial de armas.

Porém, não se pode esquecer de que, mesmo os EUA não conseguem produzir tudo o que utilizam no seu setor de defesa.

O Brasil, devido a uma tradição diplomática de não intervencionismo em assuntos internos dos outros países, acabou contribuindo indiretamente para o estreitamento das relações entre EUA e Colômbia, pois, ao interpretar o problema guerrilha e narcotráfico como um problema restritamente colombiano, deu margem para a Colômbia elaborar uma solução externa, o Plano Colômbia, aceito pelo presidente Bill Clinton em 2000, e que, em 2009,

⁷⁷ PROENÇA, Domício Júnior e DINIZ, Eugênio. *Política de defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998, p.25.

concretizou-se na tentativa de se construir sete bases militares estadunidenses em território colombiano.

A diplomacia brasileira, que tradicionalmente exerceu um poder conciliatório, enfrenta um novo desafio com o advento dos bolivarianos, liderados pelo presidente Hugo Chávez. Vivemos praticamente uma cisão na América do Sul, onde o presidente da Venezuela Hugo Chávez, que anda aumentando o tom nos seus discursos, como o famoso “preparem-se para guerra”, desviando a atenção da população dos problemas internos – criminalidade em alta, falta de energia elétrica, queda da lucratividade da estatal venezuelana, a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), sua enfermidade e principalmente a popularidade em queda. O artifício de se criar um inimigo externo não é novo no continente sul-americano. Vale lembrar a Argentina, que durante a sua última sangrenta ditadura militar, o ditador de plantão general Leopoldo Galtieri, resolveu invadir as Malvinas⁷⁸ (Falklands, segundo a denominação utilizada pelo Reino Unido), numa clássica tentativa de mudança de foco aos graves problemas que a Argentina enfrentava.

Fato de suma importância, que colabora com a tese de uma grande mudança no cenário da defesa no Brasil, foi a aprovação na Comissão de Justiça do Senado de uma emenda constitucional que proíbe o Tesouro de bloquear a liberação de verbas orçamentárias destinadas às Forças Armadas. Fica a salvo dos cortes do Ministério da Fazenda o dinheiro reservado à modernização bélica. Pelo texto da emenda, a proibição terá vigência de dez anos, portanto até 2019. Agora a proposta espera aprovação do Senado.

É exatamente com que nos deparamos quando encetamos a análise das fontes coletadas, visando a atingir o objetivo de compreender o que denomino de neo-nacionalismo brasileiro, que se configura através de vários fatos que ocorreram na cena política durante o mandato do presidente Lula. Sem dúvida, o mais conhecido e propalado é o reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras. Não considerando os futuros gastos com o programa FX-

⁷⁸ A Guerra das Malvinas durou de abril a maio de 1982, perdida pela incompetência argentina que entre outros pontos falhos, não se preocupou com o mais óbvio que seria a construção/ampliação de um aeroporto no arquipélago, ao invés disso os aviões de combate argentinos eram obrigados a sair do continente para lutar, restando poucos minutos para o combate, pois caso demorassem ficariam sem combustível para retornar. A vitória inglesa propiciou também a reeleição por uma ampla margem de votos de Margaret Thatcher ao cargo de primeira-ministra.

2, o Brasil já tem compromissos de aproximadamente US\$ 21 bilhões na área de defesa. Compromissos dos mais diversos, que envolvem as três armas.

Na Marinha temos a compra de novos submarinos, o Scorpéne, de fabricação francesa, além de acordos para a construção do casco de um submersível de propulsão nuclear. A Marinha Brasileira já domina a técnica de construção do reator nuclear (ficará pronto em 2014), além do enriquecimento do urânio nas suas instalações em Aramar, e de construção de novas fragatas. Adquiriu também novos helicópteros modelo EC-725, recondicionamento de blindados para os fuzileiros navais, a modernização de três A-4 Skyhawk, compra de um novo porta-aviões, o São Paulo, adquirido da França, que substituiu o obsoleto Minas Gerais, comprado durante o governo de JK. A Marinha pleiteia a compra de novos navios a serem adquiridos de outros países, daí compreende-se a presença na posse da presidente Dilma, do Primeiro-Ministro da Coreia do Sul Kim Hwang-Sik, e o príncipe Felipe de Astúrias da Espanha, ambos fazendo lobby para que o Brasil adquira vasos de guerra de seus respectivos países.

Porém, tal fato não impediu que essa força também saísse às compras. Adquiriu 12 helicópteros Mi-35 de fabricação russa, iniciou a modernização de suas aeronaves Bandeirante C-95, terminou a atualização de 46 jatos, os caças F-5E e 3 caças-bombardeiros AMX, fechou acordo com a EMBRAER para a construção de um avião cargueiro, o KC-390, está modernizando 9 aviões P-3 Orion, acordos entre a FAB e a Força Aérea Sul-Africana para o desenvolvimento conjunto de um míssil o A-Darter, e uma parceria com a Ucrânia para o lançamento de satélites na base de Alcântara.

O exército, provavelmente a força menos aquinhoadada com gastos, efetivou a compra de um lote de carros de combate Leopard A1 – 5, a fabricação em território nacional de um novo veículo blindado para o transporte de tropas o Guarani, serão adquiridas cerca de 2.200 novas viaturas, a modernização dos helicópteros Esquilo e Pantera, compra de novos helicópteros EC-725, provavelmente a compra de foguetes Astros II e Skyfire fabricados pela indústria brasileira Avibrás, pois o governo brasileiro tornou-se sócio dessa empresa.

Fato importante a se destacar nesse cenário é a preocupação das autoridades brasileiras com a transferência tecnológica no setor de defesa, pois

não interessa que o país se torne apenas um grande comprador de armas e sim que estas sejam, na medida do possível, produzidas e desenvolvidas em solo brasileiro. Adquirir as armas sem maiores preocupações tornaria o país refém de qualquer tipo de embargo promovido por outras nações.

Concomitantemente a esses fatos, o Brasil assinou acordos de defesa com o Reino Unido, Alemanha, Emirados Árabes Unidos e Rússia, teve a visita de importantes autoridades ligadas ao setor de defesa, como a visita oficial do ministro da Defesa da República Popular da China, general Liang Guanglie.

Na diplomacia nacional, percebe-se uma maior independência e altivez brasileira, como se viu nos episódios envolvendo o Irã e Honduras. No caso iraniano houve uma feroz crítica internacional e local ao posicionamento brasileiro, que defendeu o direito dos persas de enriquecerem urânio a 20%, no entanto, subjaz o interesse brasileiro de garantir o próprio direito de realizar tal processo, visto que o Brasil possui a sexta maior reserva de urânio conhecida no mundo, além do fato de que também o país já possui tecnologia para enriquecimento do minério radioativo, podendo, dessa maneira participar, do altamente lucrativo mercado internacional. No episódio hondurenho, houve uma defesa enfática do presidente deposto Manuel Zelaya, que acabou ficando mais de quatro meses refugiado na embaixada brasileira em Tegucigalpa.

Corroborando essa independência e altivez do governo, o fato mais emblemático talvez seja a negativa do governo Lula em assinar o Protocolo Adicional do Tratado de Não Proliferação Nuclear - TNP, pois, na visão do governo brasileiro, tal protocolo daria à Agência Internacional de Energia Atômica acesso à tecnologia utilizada no país, incluindo aí detalhes do processo de enriquecimento de urânio, ou seja, segredos industriais e militares.

É óbvio que toda essa movimentação e gastos necessitam de apoio interno. Utiliza-se, por exemplo, de um vago sentimento patriótico, como se viu em vários episódios, durante a nacionalização da refinaria da Petrobrás em território boliviano, alguns veículos da mídia defendiam que o Brasil deveria tomar medidas mais enérgicas, claramente não restritas ao campo diplomático ou econômico, e sim através da utilização da força. Ventila-se um possível e hipotético ataque venezuelano fundamentado pelas recentes compras de materiais bélicos efetuados pelo presidente Hugo Chávez, ou das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) ao território brasileiro e a

temerária e tão propalada internacionalização da Amazônia brasileira, manancial de água doce e enormes reservas minerais e biológicas, que seria invadida por tropas estadunidenses. Mais recentemente, com as descobertas de grandes reservas petrolíferas na camada do pré-sal, surgiu outro fator para justificar a modernização das Forças Armadas: a proteção dessas reservas. Este motivo de todos os elencados, é o mais próximo atualmente da população urbana, não fica no campo das suposições, relacionando-se com o seu cotidiano.

Em uma sociedade do espetáculo, a imagem do Exército e Marinha “invadindo” e retomando as favelas localizadas no complexo do alemão foi uma excelente farra midiática que veio ao encontro da legitimação desses novos gastos, pois estava bem claro, ao vivo e em cores, que setores das Forças Armadas poderiam ser utilizados para socorrer “uma sociedade sitiada pela bandagem”, para reproduzir um dos comentários da mídia televisiva no dia do ataque. Aproveitou-se, inclusive, para avalizar novamente a participação de tropas brasileiras no Haiti, pois traria ao Exército experiência no combate urbano, que posteriormente poderia ser utilizada em solo nacional.

Percebe-se, dessa maneira, que todos os pontos acima relacionados apontam para um novo projeto geopolítico de país; o aumento da importância da economia brasileira no concerto das nações possibilita acalentar também ser um membro permanente conselho de segurança da ONU.

Ao término da ditadura (1964-1985) e o regresso dos civis ao poder com José Sarney (1985-1990), os militares estavam desprestigiados. A falta de prestígio não significou perda total de influência, pois o processo de redemocratização foi realizado pelos detentores do poder de outrora. Prova dessa influência foi à criação do Projeto Calha Norte, que visava à defesa e ao desenvolvimento da região Norte do Brasil, prevendo a ocupação militar de uma parte do território nacional situado ao norte da calha dos rios Amazonas e Solimões, que ocupa uma área de 6,5 mil km de fronteira com a Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Venezuela e Suriname, ocupando 1,2 milhão de km².

Tal desprestígio se agudizou durante o curto governo de Fernando Collor (1990-1992), quando houve o desmonte da indústria armamentista brasileira, chegando quase à beira do desaparecimento. Concomitantemente, o

país vivia a influência do modismo de então, o neoliberalismo, que atacava qualquer subsídio ou ajuda do governo a empresas; estas deviam se virar sozinhas. Como exemplo, podemos citar a empresa Engenheiros Especializado S/A Engesa (faliu em outubro de 1993) que chegou a desenvolver um carro de combate de batalha, o Osório, que venceu uma concorrência na Arábia Saudita, batendo concorrentes tradicionais, mas acabou perdendo a concorrência em virtude de pressões políticas.

Como vimos, para o Brasil, a MINUSTAH é muito importante porque lhe permite colocar-se como grande potência. É a primeira vez que encabeça uma missão militar e o faz num continente no qual busca converter-se em potência dominante.

O Brasil definiu um novo papel no mundo sob o governo Lula: articular um polo sul-americano que lhe permita jogar um papel de grande potência na região onde representa mais ou menos a metade da população e metade do Produto Interno Bruto (PIB). Por que esse caminho? Segundo os próprios artífices desta estratégia de integração, para evitar uma crise interna, já que sustentam que se, o país não se expandir (exportando capitais, realizando grandes obras de infraestrutura que beneficiem suas empresas), ingressará na fase de conflitos internos. Dito de modo mais claro: a expansão regional, já provada em outros períodos históricos, evita às classes dominantes o doloroso caminho de realizar reformas (como a reforma agrária) que eliminem algumas flagrantes desigualdades. Expandir-se como potência regional (imperial?) é o modo mais vantajoso para essas classes no objetivo de evitar conflitos internos.

O Brasil está num período de crescimento e expansão. As Forças Armadas estão se rearmando. Aparece novas e mais potentes multinacionais brasileiras, fruto da fusão entre grandes empresas e da expansão de outras, financiadas pelo banco nacional de fomento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o maior banco desse tipo do mundo, e com forte presença dos sindicatos através dos fundos de pensão que eles controlam. Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), EMBRAER, Odebrecht, Itaú, Vale, Brasil Foods e outras são os novos nomes da aliança entre o capital “brasileiro”, o Estado governado pelo PT e a direção de alguns grandes

sindicatos. Como o dos bancários de São Paulo, em seu ambicioso projeto de expansão regional, continental e global.

A participação e direção na ocupação militar do Haiti se insere nesse gigantesco projeto.

A expertise das Forças Armadas brasileiras, ou melhor, a competência/perícia em combater/eliminar o inimigo interno não ficou restrita ao último período ditatorial (1964-1985) e sim se remete a momentos anteriores da História nacional. Podemos exemplificar o período do Estado Novo, em que as perseguições e torturas ocorreram segundo metodologias genuinamente nacionais.⁷⁹ É obvio que esses métodos foram aprimorados graças à assistência de nações que, humildemente, ofereceram os seus préstimos a fim de aprimorar as técnicas e métodos de repressão ao Estado brasileiro.

Findo o último período ditatorial tal conhecimento não ficou estagnado. Mesmo com o advento da “democratização” continuou latente, por exemplo, na presidência de José Sarney ocorreu em 1988 uma greve dos metalúrgicos da companhia Siderúrgica Nacional CSN, em que operários pararam para reivindicar aumento salarial. No transcorrer da greve, a empresa foi cercada pela polícia militar e pelo Exército. Grande quantidade de soldados armados sitiou toda Volta Redonda. Com a anuência do governo, em nove de novembro, militares invadiram a usina e o resultado não poderia ser outro, dado o retrospecto da truculência do Estado brasileiro, três operários foram assassinados (Carlos Augusto Barroso, 19 anos, William Fernandes Leite, 22 anos, Walmir Freitas Monteiro, 27 anos) e outras 40 pessoas saíram feridas.

Não podemos esquecer os serviços de inteligência das Forças Armadas brasileiras de tristes lembranças, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). Se atualmente pouco se fala na mídia a respeito dos serviços de inteligência tão temidos e famosos durante a ditadura tal fato não significa a sua inoperância, aliás, melhor para eles é mesmo que seria se a sociedade civil os ignore facilitando assim o seu trabalho.

Atualmente, a expertise se aprimora através da ocupação das favelas.

⁷⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 2003

Em 2007 e 2008 tivemos a ocupação do Morro da Providência pelos soldados do Exército, para efetivarem a execução do projeto Cimento Social, elaborado pelo senador Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro. O projeto tinha como objetivo auxiliar famílias a concluírem a confecção de suas residências. Tal projeto acabou sendo incorporado pelo Ministério das Cidades. O governo Lula alocou recursos de R\$ 12,6 milhões para a empreitada, onde na primeira fase 782 residências receberiam telhado, a fim de evitar a proliferação do vetor da dengue, portas, janelas, reforço estrutural, argamassa e pintura⁸⁰.

Apesar de constar no documento confidencial "Procedimentos Operacionais Padrão e Regras de Engajamento à Operação Cimento Social" a seguinte frase "Nenhum cidadão brasileiro deve ser considerado ou tratado como inimigo", o tenente do Exército Vinícius Ghidetti, na subida do Morro da Mineira, entregou três jovens presos pelos militares a um dos marginais que comandavam a favela. Deu-se um diálogo surreal. O tenente disse: "Trouxe um presentinho para vocês". O meliante quis saber: "São alemão?" – o português sofrível identifica membros de gangues rivais. "São da provi", esclareceu o tenente, numa referência ao Morro da Providência. Após um "Valeu!" por parte do oficial, os três indivíduos foram entregues, mesmo após suas súplicas. Os três acabaram sendo barbaramente torturados e executados, sendo encontrados posteriormente, num vazadouro de lixo da Baixada Fluminense.

O que teriam feito? Apenas resistiram à ordem de revista dada pelos membros do Exército. Foram tratados dentro de uma lógica típica da caserna, rotulados de inimigos, e como tal deveriam ser eliminados. O então presidente Lula denominou a atuação de "ato insano, abominável", defendendo inclusive uma indenização para os familiares das vítimas.

O protesto veio também do senador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Arthur Virgílio Neto que questionou a legalidade da intervenção do Exército em uma favela. Completou que tal autorização pareceu "meio à sombra, sem autorização do Congresso Nacional, sem ser oficial, algo officioso", e enfatizou "sempre fui contra o Exército fazendo papel de polícia. O Exército tem que guarnecer fronteiras, deve cumprir o seu papel de estar

⁸⁰ *Jornal do Povo do Rio*, 18.12.2007.

preparado para a defesa nacional em qualquer circunstância, em qualquer latitude”.



Fonte: Revista Veja 10.04.2008

A grande questão aqui a ser discutida é como o governo federal autorizou algo ilegal, pois haveria a necessidade da aprovação oficial do Presidente da República e do Congresso Nacional, segundo a Lei Complementar 117, de 2 de setembro de 2002. Além disso, deveriam ter sido "esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública". Marotamente, o governo federal disse tratar-se de uma operação de garantia da lei e da ordem - GLO, o que dispensaria a observância da tal lei. Ocorre que o governo federal esqueceu-se de combinar com o comandante do Exército, general Enzo Peri, que declarou que a atuação no Morro da Providência não se tratava de uma GLO.

Segundo Marilea Amaral:

No pós-Regime Militar (1964-1985), não foram poucas as ocasiões em que as Forças Armadas brasileiras, especialmente o Exército, foram convocadas para irem às ruas. Durante o Governo Itamar Franco (1994), aconteceu a Operação Rio I – voltada para o combate ao crime organizado e resultado da negociação entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Presidente Franco. O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) praticamente consolidou

a missão GLO, uma vez que o uso das Forças Armadas na segurança pública foi recorrente. São exemplos a Operação Rio II (1995), a greve dos petroleiros das refinarias de Paulínia, São José e Mauá (1995), o protesto de garimpeiros na Companhia Vale do Rio Doce (1996), a invasão da Fazenda de FHC por militantes do MST (1996), a greve da PM de Minas (1997) e a operação na favela carioca do Moquição (1997).

Para a pesquisadora, a missão de Garantia da Lei e da Ordem facultada pela Constituição de 1988 significou uma “redescoberta da vocação interna” que marcou a atuação das Forças Armadas, especificamente o Exército, terminou com o fim da Guerra Fria e iniciou-se com o advento da República. Tal atuação parecia extinta com o fim da ditadura, na realidade ocorreu o processo inverso: tal vocação refletiu-se até no preparo curricular da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro (ECEME) onde apareceu em 1989 a disciplina Garantia da Lei e da Ordem. A soldadesca dedica seis meses para a instrução de GLO.

Parece-nos que, mesmo com o advento de novos ares, leia-se a “democracia”, não foi abandonado o pensamento sobre o perigo do inimigo interno que em outro momento era denominado de ameaça comunista. Provavelmente, a origem de tal pensamento está na velha Doutrina de Segurança Nacional, que norteava a atuação das Forças Armadas Brasileiras no período ditatorial.

As intervenções se sucedem: em 28 de novembro de 2010 o Exército, juntamente com a Polícia Militar do Rio de Janeiro, iniciou a invasão da favela do Alemão. Foram mobilizados 800 soldados da Brigada de Infantaria do Exército, 1.300 homens das polícias Civil e Militar e 300 agentes da Polícia Federal, além de blindados do Batalhão de Operações Especiais da Polícia, da Marinha e cinco carros de combate Urutu, armados com metralhadoras de 12,7 mm do Exército. Segundo estimativas da Polícia Militar existiriam no Complexo do Alemão entre 500 e 600 traficantes⁸¹.

Os homens do Exército foram comandados pelo general de brigada Fernando Sardenberg, comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista.

⁸¹ Jornal *O Estado de S. Paulo* de 28.11.2010

Segundo esse oficial, os seus subordinados fizeram bloqueios em 44 vias de acesso ao Complexo do Alemão, deixando apenas quatro vias liberadas, e todos os veículos que saíam ou entravam no complexo eram revistados. O oficial afirmou que sua experiência de sete meses no comando das tropas brasileiras no Haiti lhe seria útil para efetivar sua missão na capital fluminense.

O *modus operandi* do Exército Brasileiro adotado no Haiti e nas favelas brasileiras acabou se assemelhando: o processo de intervenção nas comunidades haitianas serviu de laboratório experimental para a operação do Exército nas favelas da cidade do Rio de Janeiro⁸².

E, realmente, as localidades que sofreram intervenção do Exército acabaram sendo patrulhadas segundo os parâmetros utilizados no Haiti. Acabou sendo a primeira vez desde o restabelecimento da democracia que o Exército atuou com poder de polícia nas ruas, podendo perseguir suspeitos, revistar casas, prender pessoas e até participar de confrontos. A previsão do governo do Estado do Rio de Janeiro era de que o Exército ficasse aproximadamente por sete meses (acabou ficando dois anos) até que fosse concluída a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs. E quanto ao comando das operações? É óbvio que ficou nas mãos dos militares⁸³.

O treinamento do Exército para atuar em favelas no Rio de Janeiro abrangeu quartéis de outras localidades: militares da 11ª Brigada de Infantaria Leve de Campinas, Lins e Itu, cerca de 900 soldados, receberam instruções no Centro de Instrução de Garantia da Lei e da Ordem, no Jardim Chapadão. Tal Brigada iria posteriormente substituir em 2012, o contingente da Força de Pacificação no Complexo do Alemão⁸⁴.

Podemos concluir que a expertise não ficará restrita a uma determinada quantidade de homens, que talvez fossem utilizados em ocasiões excepcionais. Tal saber pelo visto será propagado para uma grande quantidade de militares. De maneira ingênua poderíamos dizer que, afinal de contas, os homens que foram em missão as favelas deveriam realmente ser substituídos, e essa substituição deveria ser feita logicamente por soldados preparados.

⁸² Jornal *O Globo* 12.03.2011

⁸³ Jornal *Folha de S. Paulo* 03.12.2010

⁸⁴FÉLIX, Luciana. Agência Anhanguera 15.12.2011.

Ocorre que a quantidade não está restrita aos homens necessários a esse rodízio, ultrapassando a quantidade necessária para tal. Outra questão é o fato de que não apenas homens de quartéis localizados do Rio de Janeiro estão sendo treinados, mas militares de outras regiões também são instruídos, como mencionado.

Passado um ano de ocupação, as denúncias de arbitrariedades se somam, como torturas e saques a residências e estabelecimentos comerciais⁸⁵, além da repressão com tiros de projéteis de borracha a uma manifestação contrária a um toque de recolher informal imposto pelo Exército⁸⁶.

Podemos inferir que as Olimpíadas de 2016 e a Copa do Mundo de 2014 já tiveram suas primeiras vitórias sobre as classes menos favorecidas da cidade do Rio de Janeiro. Favelas já começaram a ser retiradas de regiões a fim de darem espaço para a realização dos dois eventos esportivos mundiais.

E quanto ao custo dessas operações? Somente “os 18 meses de ocupação do Exército custaram R\$ 333 milhões aos cofres federais”⁸⁷.

Os gastos com segurança decorrentes da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas de 2016 ainda não foram calculados com precisão, mas os números acima já nos dão uma ideia o que esperar.

⁸⁵ <http://www.anovademocracia.com.br>

⁸⁶ UOL *notícias no Rio de Janeiro* 06.09.2011

⁸⁷ *Jornal O Estado de S. Paulo* 18.06.2012

CAPÍTULO III – O CHOQUE DE REALIDADE.

Esse capítulo é assim denominado por analisar se as pretensões geoestratégicas, do governo e principalmente das Forças Armadas, no intervalo de tempo pesquisado, foram efetivamente implantadas, se estavam em processo de encaminhamento ou esquecidas no limbo dos papéis da ininteligível burocracia e da tresloucada política brasileira. Citarei aqui um caso que serve para espelhar alguns percalços.

Em visita realizada ao 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado do Exército Brasileiro em 2003, localizada na cidade de Pirassununga, interior do Estado de São Paulo. Presenciei o comentário de um oficial sobre a substituição dos carros de combate M-60 norte-americanos pelos Leopard A-1 alemães. Este oficial estava efusivo com os novos equipamentos, porém mostrava-se preocupado que o guindaste utilizado para a retirada do motor do M-60, não fosse capaz de realizar a mesma tarefa no Leopard A-1, pois seu motor era mais pesado, excedendo a capacidade de erguimento do guindaste. Ou seja, comprou-se um novo equipamento sem que todas as condições para sua instalação tivessem sido verificadas, o que, não só colocava em risco a instalação do novo equipamento, como também denotava o grau de empirismo na lida com equipamentos tão caros e sofisticados.

Quando o governo Lula iniciou o processo de modernização das Forças Armadas uma das questões levantadas era a necessidade de que tal iniciativa se tornasse uma plataforma política de Estado e não apenas de um governo, e o fato de sua sucessora ser do mesmo partido político, leia-se Partido dos Trabalhadores, facilitaria tal pretensão. A interrupção de projetos de Estado é infelizmente, algo comum na história Republicana. A descontinuidade sempre foi algo mortal para a efetivação de projetos que normalmente demoram décadas para serem concluídos.

A eleição da presidente Dilma Rousseff, em princípio, afastara o perigo da interrupção na continuidade destes projetos. Porém ao crescimento pífio da economia brasileira e o recrudescimento da inflação, somados a uma aparente inação governamental que não sabe se ataca o primeiro ou segundo problema. Se soma o crônico amadorismo dos nossos governantes.

O governo da presidente Rousseff está sofrendo um apagão logístico, pois, entre outros problemas, o país não consegue escoar de maneira racional sua safra de cereais, calculada em 2013 em 160 milhões de toneladas. Cenas de filas de caminhões aguardando sua vez para descarregar, e de navios esperando por suas cargas tornaram-se corriqueiras, em um dos setores mais dinâmicos da economia e gerador de divisas, apesar das mercadorias exportadas serem de baixo valor agregado. Com 70% da carga no Brasil transportada por caminhões, entre 5% a 7% do total dessa produção é perdida em virtude das péssimas condições de transporte, em um país que privilegiou, para isso, o modal rodoviário. Tal desperdício representa um prejuízo de cerca de US\$ 1,8 bilhões para o país, na safra de 2013.⁸⁸

Faço a descrição acima para mostrar a inexistência de uma preocupação governamental com a “galinha dos ovos de ouro” o que se dirá de outras áreas.

Esse pífio desempenho econômico acabou afetando a conclusão do projeto FX-2⁸⁹. Segundo o governo federal não existe orçamento para a efetivação da compra. Mais uma vez o resultado da licitação foi postergado, já se fala inclusive em um possível FX-3.

O desenvolvimento do programa nuclear brasileiro é outro exemplo. Tocado pela Marinha Brasileira quase morreu de inanição orçamentária, o que gerou atrasos na criação do reator para o primeiro submarino nuclear brasileiro e na consolidação da tecnologia em uma área tão sensível, onde a transferência de tecnologia dificilmente existe. É de se destacar que mesmo diante deste quadro a Marinha conseguiu desenvolver ultra centrífugas, equipamento utilizado no processo de enriquecimento do urânio.

Programa nuclear que sofreu revezes durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Conforme Coutinho, que foi chefe do Centro de Inteligência do Exército, tendo sido promovido a General de Brigada em 25.11.1986

⁸⁸ Globo News Painel de 04.03.2013

⁸⁹ Tal programa destina-se a compra de aeronaves de superioridade aérea, trinta e seis novos caças para a Força Aérea Brasileira (FAB), a um custo atual (2012) entre US\$ 6 e 8 bilhões. A licitação iniciou-se em julho de 2000 na segunda presidência de Fernando Henrique Cardoso dentro do Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, que visava o reaparelhamento da FAB.

Por iniciativa própria contribuíram para o desmantelamento da indústria de armamento. Collor pôs, literalmente, uma “pá de cal” no programa nuclear brasileiro. O insano gesto simbólico foi completado por Fernando Henrique Cardoso com a assinatura, 1996, do acordo banindo os testes nucleares.

Formalmente, condicionamos nossa soberania, como comentou o falecido jornalista Paulo Francis: “Abdicamos de armas nucleares antes de tê-las, o que é uma concessão de soberania nacional.”⁹⁰

Pesquisadores das Forças Armadas argumentam que caso o Brasil viesse a possuir armas nucleares estrategicamente o país teria mais a perder do que ganhar na América do Sul, pois tal fato ocasionaria uma reação em cadeia, onde a Argentina perseguiria a construção do seu artefato, como também Chile e posteriormente Peru por motivos distintos. O Brasil já possui grande influência no continente sul-americano, demográfica e economicamente somos superiores a todos os países do continente, um “nivelamento nuclear” eliminaria tais diferenças.

Quanto realmente do numerário destinado as Forças Armadas é aplicado na manutenção da sua operacionalidade? Conforme a citada observação do professor da Escola Superior de Guerra Gustavo Heck sobre a questão orçamentária, 74% do numerário destinado aos militares já ficam empenhados em folha de pagamento. Em virtude desse quadro fica fácil entender o motivo dos militares defenderem o aumento dos investimentos no setor para 2,5 % do Produto Interno Bruto do Brasil, para um gasto em 2012 de 1,5% do PIB.

Além da descontinuidade nas políticas e da falta de verbas, o projeto enfrenta ainda a estrutural desindustrialização brasileira. Conforme já descrito no subitem 1.3, mesmo sabendo ser impossível produzir em território nacional todos os componentes da indústria bélica, os Estados Unidos com um orçamento na ordem de US\$ 607 bilhões não conseguem produzir tudo que necessitam para suas Forças Armadas. Recentemente descobriu-se que *chips* utilizados em mísseis eram fabricados em território chinês, ocasionando uma

⁹⁰ COUTINHO A.A. Sergio. Cenas da Nova Ordem Mundial. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 2010.

série de questionamentos a respeito dessa fragilidade, pois um componente aparentemente tão simples poderia inviabilizar ou mesmo inutilizar o funcionamento de armas no valor de milhões de dólares⁹¹.

Chegou também aos militares a corrupção. De acordo com a revista *Veja*, militares estariam cobrando comissão e propina de empresas interessadas em participar de licitações para o fornecimento de equipamentos para o Exército. Nada foi divulgado sobre a Aeronáutica e a Marinha de Guerra. Este era um assunto que se acreditava, segundo o senso comum, estivesse restrito à esfera civil, pois as Forças Armadas estariam livres dessa chaga, em razão de serem altamente disciplinadas, “verdadeiras guardiãs da república brasileira”. Não é de se estranhar que a corrupção não ficasse restrita à esfera civil, os “corvos” estão disseminados em todas as esferas do poder público, escândalos se sucedem de maneira assustadora na administração pública municipal, estadual e federal.

Segundo a citada revista o Programa de Aceleração do Crescimento de Equipamentos (PAC-Equipamentos).

entrou na mira dos corruptos tão logo anunciado. Em novembro do ano passado, a empresária Iracele Mascarello, dona do Grupo Mascarello, fabricante de ônibus do Paraná, procurou o senador Roberto Requião (PMDB-PR) e lhe contou que tinha vencido uma licitação para vender 65 ônibus, por R\$ 17,8 milhões, ao Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), o grupamento que cuida da segurança pessoal do presidente da República. Iracele disse ao senador que, às vésperas da assinatura do contrato, oficiais do Exército exigiram propina para formalizá-lo. Caso contrário, nada feito. É a velha máxima de criar dificuldade para vender facilidade. A proposta foi feita ao representante da empresa em Brasília.

Para a revista esse parece não ser o primeiro caso, pois:

⁹¹ Site Defesa Net

Os oficiais corruptos atuavam de forma ostensiva e tentaram extorquir outras empresas. Caso de um empresário de Brasília. Durante um leilão para a compra de caminhões, em outubro do ano passado, esse empresário foi procurado por oficiais do Exército para pagar 5% de comissão. Como não aceitou, disse ter sido desclassificado do pregão, em que um dos itens era a compra de 125 caminhões-guincho, negócio estimado em R\$ 60 milhões. Com medo, o empresário afirma que não denunciou nem denunciará os integrantes do esquema de corrupção. Ele conta que tem outros negócios com o governo e teme ser prejudicado: “Quem não paga propina não leva. Os militares arrumam uma forma de desclassificar a empresa”. A exclusão por esse tipo de critério, como se sabe, encarece a negociação, já que o preço dos equipamentos acaba incluindo o “custo-propina” – que, no fim das contas, sai do bolso do contribuinte. Exemplo: um caminhão-guincho que custou ao Exército R\$ 485 mil poderia ser comprado por R\$ 443 mil se a compra tivesse seguido os trâmites corretos. Uma diferença modesta, na casa do milhar, mas que, quando multiplicada pela quantidade de unidades compradas, transforma-se em milhões de reais. Se aplicada ao total gasto pelo Exército no âmbito do PAC Equipamentos, a propina de 5% renderia R\$ 90 milhões aos achacadores de farda⁹².

A Revista destaca ainda que o Exército “aparece como a instituição mais admirada e respeitada do Brasil”, fazendo um apelo para que tal “incidente” que em sua opinião resultou da ganância de alguns oficiais, não empanasse tal imagem.

No ano passado, a Força gastou R\$ 2,6 bilhões do quais R\$ 1,8 bilhão vieram do PAC Equipamentos e R\$ 800 milhões de repasses adicionais do Ministério do Planejamento. A assinatura do contrato de compra de 86 viaturas blindadas Guarani por R\$ 240 milhões, em agosto, contou com a presença do Ministro da Defesa Celso Amorim, e do comandante Enzo Peri.

⁹² Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril. 13.02.2013 pgs.

Em defesa dos militares, a revista destaca no fim da reportagem, os esforços do alto escalão para evitar que tal atitude se espalhasse por toda a caserna, o qual estaria “passando um pente fino nas mais de 200 licitações feitas nos últimos meses pelos militares”.

Ainda sobre a questão da corrupção, transcrevo uma abordagem que relaciona corrupção e subversão, talvez ecos de um passado não tão distante. Pelo visto, dada a sua origem, o autor não estava pensando na caserna.

A corrupção que hoje contamina, de alto a baixo, a sociedade nacional é outro fenômeno que constrange os brasileiros.

Subversão e corrupção aparentam ser coisas distintas; são processos independentes, sem dúvida, mas se complementam e somam os efeitos perversos. A incompetência político-administrativa e a insensatez dos governantes reforçam e completam o processo catastrófico.

A corrupção desenfreada, despudorada, debochada não chega a inviabilizar a nação pelo que rouba, pelo que sonega, pelo que fraudas, mas pela desmoralização, pela permissividade, pela impunidade e pelo clima de degradação moral e cívica que gera, contaminando o Estado e a própria sociedade. Ocasionalmente não mais a existência de bons empreendimentos de interesse público, mas negócios que trazem vantagens, boas comissões e benefícios para homens de governo ímprobos e funcionários públicos cínicos e petulantes. Aliás, esse comportamento também já contamina as pessoas comuns e a iniciativa privada. Há uma “cultura” de propina, favorecimento, facilidade, agrado envolvendo sempre uma “comissão” pecuniária ou uma vantagem ilícita. A corrupção institucionalizou-se: vai desde o “flanelinha” ilegal da esquina até os mais altos executivos e governantes. Assim ela exaure o tesouro do país e dos particulares e desmantela a estrutura física e moral da sociedade e do Estado nacionais. Com isso e por isso, os desmandos somados à

incompetência político-administrativa, com toda a certeza, estão a nos levar para um trágico desfecho⁹³.

Outras duas questões que se relacionam ao que denomino choque de realidade, são as relativas à transferência de tecnologia bélica e ao atual sistema educacional brasileiro.

O atraso tecnológico do Brasil é um dos temas mais analisados pela historiografia brasileira que aponta a relação entre a incompletude do capitalismo no país e a incapacidade de superar tal problema, em decorrência da falta de recursos para investimentos.

Estudos mais atuais incorporam a estes indicadores, os de desenvolvimento, ou seja, os referentes à infraestrutura urbana, infraestrutura cultural, as de incentivos à educação, à saúde e à produção científico-tecnológica. A luz dessas discussões Ana Flávia Machado; Mônica Viegas Andrade; Eduardo da Motta e Albuquerque identificaram a posição brasileira no cenário mundial a partir dos dados fornecidos pelo *Human Development Report* (UNDP, 2001), enfatizando o denominado “technology achievement index (TAI) que é calculado a partir de dados sobre a capacidade de “criação tecnológica” (patentes e receitas de royalties), “difusão de inovações recentes” (servidores de internet e exportações de alta tecnologia), “difusão de inovações antigas” (telefones e consumo de eletricidade) e “habilitações humanas” (anos de escolaridade e matrículas universitárias em áreas científicas e exatas) (UNDP, 2001. PP. 46-47).

E concluem que, quanto à infraestrutura científica e tecnologia, seria necessário ampliar significativamente “os recursos à disposição do setor (uma pré-condição para a acumulação de massa crítica necessária para acionar um impacto positivo das atividades científicas e tecnológicas sobre as condições de vida); em segundo lugar, um melhor direcionamento dos recursos existentes no sentido do atendimento de prioridades sociais como saúde, habitação e condições de vida em grandes centros urbanos”.⁹⁴

⁹³ COUTINHO A.A. Sergio. *Cenas da Nova Ordem Mundial*. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 2010

⁹⁴ MACHADO, Ana Flávia e outros. *Atraso tecnológico, atraso social: uma investigação sobre as*

No entanto, durante o período analisado os esforços neste sentido ainda eram insipientes para colocar o Brasil em outro patamar de desenvolvimento de forma geral. Quanto mais na relação entre tecnologia e aparelhamento das Forças Armadas. Assim, a discussão no interior da caserna permaneceu restrito às possibilidades de transferência de tecnologia, propagandeada também pelo governo, no sentido de que a compra de novos equipamentos estava condicionada à transferência de tecnologia embutida em tais equipamentos. Conforme o já citado especialista do Exército vinculado a isto, em pronunciamentos de 2010.

O Brasil não deve esperar do Primeiro Mundo transferência de tecnologia na área de armamentos e de certos equipamentos nem facilidades técnicas, econômicas e financeiras para desenvolver os próprios projetos. Por isso, pretende-se ganhar maior expressão nacional e no âmbito internacional, terá que desenvolver, longa e penosamente, tecnologia própria e perseverar na execução dos seus programas estratégicos⁹⁵.

Ante a permanência da calamidade educacional a questão sobre como produzir tecnologia ou mesmo absorvê-la do exterior (na hipótese dela ser vendida) permanece insolúvel. Isto apesar do presidente em exercício em 2010 afirmar em algo e bom som, que “Não que nós queiramos transformar o nosso Batalhão de Engenharia em uma grande empresa de construção civil. Mas é verdade que eles têm que saber, e o mundo tem que saber que, se precisar, nós temos, como diria o Ratinho⁹⁶, "bala na agulha" para enfrentar qualquer situação

O Brasil foi avaliado em penúltimo lugar em 2012 pelo índice do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês).

Analisando os parâmetros comparativos dos mesmos países indicados pelo autor anterior, ou seja, o Brasil, Rússia, China e Índia, também denominados de BRICs por seu “enorme Poder Potencial (PP) e que têm

relações entre produção científico-tecnológica e desenvolvimento humano no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. (Texto para discussão; 197)

⁹⁵ Idem

⁹⁶ Referia-se o presidente, a um conhecido programa da rede do Sistema Brasileiro de TV, visivelmente voltado para a Classe Social C de telespectadores.

possibilidades de terem grande Poder Efetivo (PE) não vulnerável, ou seja, no nosso entendimento, tornarem-se Polos de Poder Mundial (PPM)”, Waldimir Pirró e Longo, situa a posição do Brasil. Conforme ele,

A situação do Brasil é clara: dotado de extraordinário PP, um dos maiores do planeta, falta-lhe disposição política em EC&T para construção de PE soberano, e determinação estratégica visando ser um PPM. A determinação estratégica deve se traduzir entre outras coisas, na busca da superação de vulnerabilidades que enfraquecem o seu PE ou, em caso de conflito, afetar diretamente a sua população, como é o caso dos fármacos, apenas para dar um exemplo.⁹⁷

Para enfrentar o problema da transferência de tecnologia, após muitas divergências, inclusive exploradas pela mídia nacional crítica às decisões, o governo brasileiro optou por recorrer à França, firmando uma série de contratos com o objetivo de construir submarinos convencionais e nucleares, entre outros. Para Fernanda das Graças Correa, pesquisadora especializada no assunto⁹⁸, o aceite da França indicava, por um lado, o reconhecimento de que aquele país reconhecia o “Brasil como uma potência em ascensão” e, por outro, demonstrava a insatisfação da França “para com a política hegemônica dos EUA no sistema internacional”.

Por meio do Acordo firmado entre Brasil e França em 7 de setembro de 2009, as indústrias brasileiras ganharam um incentivo a mais para voltar a produzir tecnologias estratégicas que possam atender aos interesses das Forças Armadas e aos interesses do próprio mercado internacional.⁹⁹

⁹⁷ LONGO, Waldimir Pirró. EDU. Alguns impactos sociais do desenvolvimento científico e tecnológico. In: *TEC - Revista Científica Digital da Faetec*, Ano I, v.01, nº 01, 2008.

⁹⁸ Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Logística Integrada e Sistemas, do Laboratório de Logística de Defesa e do Programa de Pesquisa sobre a Base Logística de Defesa da UFF.

⁹⁹ CORRÊA, Fernanda das Graças. O projeto do submarino nuclear brasileiro. Uma história de ciência, tecnologia e soberania. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2010. APUD: _____ Brasil e o mercado de defesa europeu: uma análise das articulações estratégicas na reestruturação da Base Industrial de Defesa, in: *Revista Navigator*- Publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico Documentação da Marinha, vol. 7, nº 13, 2011, pg. 98. www.revistanavigator.com.br/navig13/art/N13_art4.pdf

⁹⁹ Idem, pg. 100.

A autora cita ainda os resultados dessa parceria, inclusive a articulação da empresa brasileira ENGESA, “voltada para a produção de veículos bélicos para as Forças Armadas brasileiras e para o mercado internacional na década de 1970 e início da década de 1980”.

Em 2002, antigos funcionários da ENGESA uniram forças e constituíram a parceria Columbus Comercial, Importadora e Exportadora Ltda-CEPPE Equipamentos Industriais Ltda, desenvolvendo o projeto de um novo jipe militar, o Marruá, o qual renovou parte da frota de jipes blindados do Exército Brasileiro”¹⁰⁰.

Discutindo a pertinência das políticas que enfatizam a transferência de tecnologia para se atingir o patamar de desenvolvimento requerido para a inserção do país na correlação de forças mundiais, Fernanda, enfatizando outros autores, enfatiza a necessidade de uma inversão nas prioridades, ou seja, investir na “transferência de tecnologia não deve ser concebida como o ponto de partida para o desenvolvimento da capacitação tecnológica, mas sim, parceira desse desenvolvimento”.

Embora não seja de domínio público quais empresas nacionais e internacionais participam no desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), sabe-se que, além de empresas nacionais serem capazes de desenvolver sistemas de gerenciamento, como a privada brasileira Atech, a BAE Systems disputou a concorrência com empresas italianas, alemãs e francesas pelo mercado de defesa brasileiro.¹⁰¹

É interessante observar como o país, por depender de tecnologia, mesmo no quesito da preservação da Amazônia, que não é dada ao conhecimento público dos brasileiros, se vê obrigado a abrir suas informações

⁹⁹ Idem, pg. 102e Documentação da Marinha, vol. 7, nº 13, 2011, pg. 98. www.revistanavigator.com.br/navig13/art/N13_art4.pdf

¹⁰⁰ Idem, pg. 100.

¹⁰¹ Idem, pg. 102

para países estrangeiros, sem o que não há possibilidades das parcerias de transferência ou incorporação tecnológica.

Sobre a prioridade da Amazônia, documento do Ministério da Defesa, que situa as “Estratégias da Defesa Nacional” informa que

A defesa da região amazônica será encarada, na atual fase da História, como o foco de concentração das diretrizes resumidas sob o rótulo dos imperativos de monitoramento/ controle e de mobilidade. Não exige qualquer exceção a tais diretrizes e reforça as razões para segui-las. As adaptações necessárias serão as requeridas pela natureza daquela região em conflito: a intensificação das tecnologias e dos dispositivos de monitoramento a partir do espaço, do ar e da terra; a primazia da transformação da brigada em uma força com atributos tecnológicos e operacionais; os meios logísticos e aéreos para apoiar unidades de fronteira isoladas em áreas remotas, exigentes e vulneráveis; e a formação de um combatente detentor de qualificação e de rusticidade necessárias à proficiência de um combatente de selva. O desenvolvimento sustentável da região amazônica passará a ser visto, também, como instrumento da defesa nacional: só ele pode consolidar as condições para assegurar a soberania nacional sobre aquela região.

Mas, dentre os requisitos para consolidar tal defesa, enfatiza ainda o documento um problema atávico da região que, no nosso entender, desvia o sentido inicialmente posto. Conforme diz o texto oficial:

Dentro dos planos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, caberá papel primordial à regularização fundiária. Para defender a Amazônia, será preciso ampliar a segurança jurídica e reduzir os conflitos decorrentes dos problemas fundiários ainda existentes.¹⁰²

Ou seja, retoma-se o velho e problema das relações fundiárias, das relações entre camponeses e oligarquias regionais que têm sido palco de tantas

¹⁰² Documento “Estratégias de Defesa Nacional”. <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/END2012.pdf>

lutas no país. E retoma-se nos mesmos patamares de ação que, durante os períodos ditatoriais, particularmente nas décadas de 1960 a 1980, transformaram as políticas de defesa nacional em ações contra o inimigo interno, ou seja, contra os que expressavam suas demandas sociais e espelhavam os problemas do país.

A intervenção das Forças Armadas contra o denominado “inimigo interno” se mantém escrutinada no denominado livro *Branco da Defesa Nacional*, em sua versão de 2012, o qual norteia a política de defesa nacional durante o governo em curso.¹⁰³ Em suas páginas, no item denominado “O emprego das forças Armadas na garantia da lei e da ordem (gLO)”, lê-se que

As operações de gLO demandam preparação e treinamento especial. O emprego das forças nesse tipo de operação é fundamentalmente diferente, em princípio e doutrina, do tradicional emprego em missões relacionadas à defesa externa, onde o foco é atuar sobre forças inimigas, perfeitamente identificáveis no terreno, normalmente caracterizadas como uma força militar armada e uniformizada.

Este documento foi criado pelo governo de Luiz Inacio Lula da Silva, no ano de 2010 e tem como objetivo definir de forma integrada a ação da Forças Armadas em relação à defesa nacional. Criado pela Lei Complementar nº 136/2010, em seu artigo 9, inciso 2º reza que

O Livro Branco de Defesa Nacional deverá conter dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas, abordando: I - cenário estratégico para o século XXI; II - política nacional de defesa; III - estratégia nacional de defesa; IV - modernização das Forças Armadas; V - racionalização e adaptação das estruturas de defesa; VI - suporte econômico da defesa nacional; VII - as Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica; VIII - operações de paz e ajuda humanitária.

¹⁰³ Livro *Branco de Defesa Nacional*. <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>

Daí que na versão de 2012, já no governo de Dilma Rouseff, que dá continuidade às intervenções das Forças Armadas nas favelas do país, assim como às ações integradas das polícias militares com as polícias civis, a título de combater a violência interna, propõe-se a criação de “uma escola destinada a estudar e pesquisar o tema”.

O Centro de instrução de Operações de garantia da Lei e da Ordem (CiOpgLO), em Campinas(SP), subordinado a 11º Brigada de Infantaria Leve, vem buscando a atualização doutrinária e a preparação de recursos humanos para esse tipo de emprego. O emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem é de responsabilidade do Presidente da República, nos termos do art. 15 da Lei Complementar nº 97/1999.¹⁰⁴ A Lei especifica que, após mensagem do Presidente, serão ativados os órgãos operacionais das forças Armadas, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado deste tipo de operação. Após determinação de emprego das forças Armadas na garantia da lei e da ordem, caberá à autoridade competente, mediante ato formal, transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública necessários ao desenvolvimento das ações.¹⁰⁵

Mas, retornando á questão do desenvolvendo de sua indústria de defesa por meio de compra de equipamentos, condicionados a transferência da tecnologia, política em curso já no governo de Lula e em continuidade no de Dilma, assim como foram firmados convênios com a França voltadas para capacitar o país para sua defesa naval e terrestre, tanto pela compra de equipamentos quanto pela aplicabilidade das tecnologias já desenvolvidas e continuidade de pesquisas para seu desenvolvimento, também foram assinadas parcerias com a Rússia. Conforme o Jornal *Forças Terrestres*,

¹⁰⁴ Modificada pelas Leis Complementares no 117/2004 e no 136/2010. Documento: *Livro Branco de Defesa Nacional*, pg. 156.

¹⁰⁵ Documento “Estratégias de Defesa Nacional”. <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/END2012.pdf>.

o primeiro ministro russo Dmitri Medvedev conseguiu do governo brasileiro a assinatura de um acordo para venda de sistema de defesa antiaéreo. O acordo era tratado com sigilo pelo Brasil e, segundo interlocutores do governo brasileiro, o negócio pode chegar a R\$ 2 bilhões.¹⁰⁶

A assinatura ocorreu após uma série de visitas da presidenta àquele país, respaldada pelos estudos produzidos em “Reuniões de Alto Nível de Cooperação Brasil-Rússia”.¹⁰⁷ Ainda conforme a notícia do jornal,

O presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, (...) pode sair do Planalto levando debaixo do braço um acordo comercial e militar, envolvendo o fornecimento de três baterias do Pantsir Si, avançado sistema de artilharia antiaérea, e uma joint venture para produzir no País os mísseis Igla-S, a versão mais recente do míssil leve disparado do ombro de um soldado.¹⁰⁸

Da reunião em que tal parceria foi acordada, participaram, além dos militares, “empresas como a Odebrecht Defesa e Tecnologia, a Embraer Defesa e Segurança, a Avibrás Aeroespacial, a Mectron e a Logitech. Pelo governo, participaram analistas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do BNDES e da Agência de Desenvolvimento da Indústria.” Ou seja, dinheiro público investido no desenvolvimento de mercadorias produzidas pela iniciativa privada e depois vendidas para o poder público, assim como exportadas, também por empresas particulares.

Isto nos remete ao penúltimo tópico a ser abordado que consideramos ser o verdadeiro calcanhar de Aquiles do Brasil: a expressão nestas parcerias da articulação entre o poder público e a iniciativa privada no quesito investimentos voltados para capacitar o Brasil a proceder à sua defesa nacional, tanto a interna quanto a externa, conforme o discurso oficial. Um articulação que nos remete à dimensão de um Estado que expressa o

¹⁰⁶ *Jornal Forças Terrestres*. 20/2/2013. <http://www.forte.jor.br/tag/defesa-antiaerea/>

¹⁰⁷ *Idem*, *ibidem*.

¹⁰⁸ *Idem*, *ibidem*.

O penúltimo tópico a ser abordado diz respeito ao problema da desigualdade econômica nacional, como teremos uma nação próspera diante de outra calamidade, não existe uma discrepância econômica entre as classes sociais brasileiras e sim um fosso, nesse Brasil que se comporta como “um grande engenho de moer carne humana”.

Mas o verdadeiro calcanhar de Aquiles do Brasil, no sentido do que se almeja para o país, encontra-se no caráter da burguesia nacional. Uma burguesia que há muito tempo abandonou qualquer ambição de autonomia nacional se conformando com a sua subsunção ao capital externo. Em virtude das novas características da economia globalizada e do nível de desenvolvimento do Brasil, “as margens de manobra nos ajustes e seus efeitos possíveis também se diferenciam, ao mudarem de natureza”¹⁰⁹, de maneira que “a dinâmica das soluções” ultrapassa, de maneira exacerbada, os liames nacionais onde os problemas poderiam ser pensados e resolvidos. Tal situação implica em uma sedimentação da “via colonial do capitalismo brasileiro, no interior da mundialização do capital, e enterra de vez qualquer veleidade de desenvolvimento capitalista autônomo, assim como inviabiliza o encaminhamento, no interior das fronteiras nacionais, de uma equação para os próprios problemas da nação. De modo que participar da mundialização é uma necessidade imperiosa. O fato é que participar das cadeias produtivas não é mais uma opção, passa a ser uma obrigação imposta pela lógica global. Ficar fora delas é ainda pior”.

As Forças Armadas estão no processo de conclusão de sua reconfiguração e ressignificação. Perguntas não faltam, porém só poderão ser respondidas com o tecer das Moiras. Na esfera externa será possível o Brasil tornar-se um *player* de importância mundial mesmo a despeito do exposto acima? Uma potência regional disposta a defender seus interesses? Uma força a serviço de outrem? No campo interno, cabe-se questionar se o resultado de tal processo se manterá utilizado como força repressora a serviço de um determinado modelo socioeconômico. Infelizmente conforme acima descrito os encaminhamentos não são alvissareiros.

¹⁰⁹ CHASIN, José. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 do Golpe Militar à Crise Social*. Santo André, Ad Hominem, 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portando o que apresentamos nessa dissertação foi o resultado de um estudo sobre as relações das Forças Armadas com uma sociedade brasileira que sofreu modificações após o término do período ditatorial (1985), e de uma nova realidade internacional onde o tão propalado inimigo comunista já não existe mais, ou se existe também sofreu profundas mudanças. As hipóteses levantadas se confirmaram parcialmente. As Forças Armadas estão conseguindo consolidar sua reconfiguração e ressignificação, justificando para a sociedade brasileira os novos gastos para sua modernização, manutenção e, primordialmente, a importância de sua existência como garantidora do funcionamento e proteção dessa sociedade.

O processo de modernização das Forças Armadas, iniciado durante o governo do presidente Lula com expressivos gastos continuou na presidência de Dilma Rousseff. Entretanto, o ímpeto dos gastos foi arrefecido, o que não significou uma quebra na continuidade do processo de modernização dos equipamentos militares. Se de um lado não ocorreu a efetivação do programa de compras de caças de supremacia aérea (FX-2), de outro foi concluído a compra de um caro sistema de defesa aérea de fabricação russa, compra agora justificada em decorrência dos eventos esportivos, Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas. A principal atuação de tropas brasileiras no exterior não sofreu descontinuidade, estou me referindo ao Haiti, onde o Brasil é o responsável pelo comando do efetivo da ONU no país.

No tocante a influência política das Forças Armadas ela praticamente continua a mesma, mesmo com o advento do Ministério da Defesa e a consequente extinção dos Ministérios da Marinha, Aeronáutica e Exército, os militares ainda possuem uma grande capacidade de influenciar em decisões que dizem respeito a sua corporação, utilizando-se do seu grande respaldo junto à opinião pública nacional.

E finalmente reinaugurou-se a participação mais ostensiva das Forças Armadas via intervenções em localidades com graves problemas sociais e de segurança, favelas, com o aval das autoridades civis, intervenções escudadas por uma legislação elaborada para esse fim.

FONTES

Sítio defesa Net

07.07.10 – Fx – Take off – Análise dos Caças para FAB

11.07.10 – Pseudopotência

09.06.10 – Embraer fecha primeiro semestre com 110 entregas

07.07.10 – Recados via Forças Armadas Brasileiras ao Continente Bolivariano - treinamento da artilharia antiaérea em Boa Vista

07.07.10 – Comando de Defesa Aeroespacial Brasileira

13.06.10 – Embraer entrega aviões supertucanos ao Equador

13.06.10 – Modernização das Forças Armadas

15.06.10 – Unasul discute metodologia para medição de despesas militares

15.06.10 – Helibrás prepara a entrega de primeiros super-helicópteros no país

19.07.10 – Fx-2

18.06.10 – Polícia Federal compra aviões não tripulados e irrita militares.

01.08.10 – Flerte Atômico – Rede de contrabando nuclear volta à ação – Brasil mencionado como interessado nos serviços da “Rede Khan”

08.08.10 – Fx-2

04.08.10 – Avibrás tem projeto de Foguetes de R\$ 1,2 bilhões

05.08.10 – Lei permite Exército prender na fronteira

06.08.10 – FAB e Embraer anunciam entendimento para a compra de 28 KC-390

06.08.10 – Relatório dos Estados Unidos elogia governo brasileiro no combate ao terrorismo

09.08.10 – Fabricante brasileira do setor de defesa contesta acusações de revista alemã

10.08.10 – Fornecedor brasileiro ganha espaço no projeto de submarino francês

10.08.10 – Marinha já liberou o primeiro pagamento – PROSUB

18.08.10 – Confederação Nacional da Indústria e Siderúrgicas questionam investimento chinês.

18.08.10 – O naufrágio da Marinha Mercante

17.08.10 – Embraer dá sinal verde para novo cargueiro

17.08.10 – Suspenso acordo militar EUA-Colômbia

19.08.10 – Cooperação militar Colômbia-EUA não será afetado, diz Santos
19.08.10 – Guerras entre Estados são cada vez mais raras no mundo, diz estudo
24.08.10 – Jobim anuncia acordo com o Chile para a construção do KC-390
26.08.10 – Ministro Jobim reduz cargos, autonomia e poder político de militares e compra briga com o Alto Comando
26.08.10 – Lula sanciona pacote para área da Defesa
26.08.10 – Mudança nas armas – entrevista com o novo chefe do Estado – Maior conjunto das Forças Armadas
30.08.10 – O papel de nossa diplomacia
26.08.10 – Governos submissos, nação conivente
27.08.10 – Boletim do Exército nº 34 de 27.08.10 – Conceitua Ciências Militares, estabelece a sua formalidade e delimita o escopo de seu estudo.
06.11.09 – Indústria de defesa
08.09.10 – Uma aposta para a defesa – lançado o jobinismo
08.09.10 – Fx-2
08.09.10 – Visita do Ministro da Defesa da China ao Brasil
08.09.10 – Relações Político Militares Sino-Brasileiras
09.09.10 – Cooperação amistosa entre Exércitos chinês e brasileiro obtém avanços
13.09.10 – Marinha do Brasil organiza a 24ª Conferência Naval Interamericana
30.12.09 – Talvez a maior crise político militar dos dois governos do Lula – estopim o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos
31.12.09 – Crise militar e seu nome é Dilma
01.09.10 – Colômbia estuda compra de cargueiro da Embraer
10.09.10 – Portugal deve comprar seis cargueiros KC-390 da Embraer
13.09.10 – Argentina deve integrar projeto de novo jato militar da Embraer
13.09.10 – A nova fronteira marítima
13.09.10 – Embraer anuncia discussões de parceria com a República Tcheca no programa KC-390
13.09.10 – Jobim não quer Otan agindo no Atlântico Sul
13.09.10 – Brasil planeja construir onze navios para patrulhar reservas petrolíferas
13.09.10 – Mudança dos militares da Esplanada dos Ministérios

14.09.10 – Brasil vai assinar acordo de defesa com o Reino Unido

15.09.10 – Governo britânico e AE Systems oferecem pacote para impulsionar o comércio com o Brasil

16.09.10 – China parceira ou saqueadora do Brasil?

17.09.10 – Brasil deve ser mais ativo no Cone Sul se quiser mais influência, dizem analistas

20.09.10 - Acordo de cooperação militar com os Estados Unidos

21.09.10 – Jobim discute cooperação militar nos Emirados

24.09.10 – Fx-2

23.09.10 – Por que o KC-390, da Embraer, desperta tanto interesse de outros países

23.09.10 – Argentina quer cinco KC-390

22.09.10 – Mercadores russos

24.09.10 – Para economista, ambição global do Brasil ajuda a modernizar Exército

24.09.10 – Brasil e Emirados Árabes vão assinar amplo acordo de defesa

03.10.10 – Barão do Rio Branco X Amorim

05.10.10 – Grupo de gerenciamento do programa EC-725 começa a funcionar na Helibrás

30.09.10 – Planejamento para a modernização das viaturas blindadas especiais M113A1

07.10.10 – Fx-2

08.10.10 – Rodada de Negócios terá Forças Armadas como âncoras – Objetivo é movimentar negócios na cadeia de fornecedores

08.10.10 – Reaparelhamento das Forças Armadas inclui sistema espacial, afirma Jobim

08.10.10 – Fx-2

08.10.10 – Brasil precisa criar conglomerados para disputar mercado de defesa, diz Jobim

13.10.10 – Cbers-3 será lançado em novembro de 2011

13.10.10 – Exército se prepara para guerra cibernética

15.10.10 – Fx-2

18.10.10 – EADS patrocina evento de engenharia aeronáutica

18.10.10 – Helibrás contrata os primeiros fornecedores brasileiros para o EC-725

21.10.10 – Coreanos na disputa da Marinha

21.10.10 – Jobim minimiza temores por programa nuclear venezuelano

26.10.10 – Indústria militar

30.11.10 – Previsão de Jobim indica que a profissionalização das tropas e a proximidade com a sociedade serão frequentes

01.12.10 – Rei do Bahrein diz que caças franceses são ultrapassados

01.12.10 – EUA avaliam que submarino nuclear brasileiro é “elefante Branco”

30.11.10 – Fx-2

02.12.10 – FX-2

03.12.10 – Fx-2

06.12.10 – Fx-2

04.01.11 - Hora de sair do Haiti?

05.01.11 – Helibrás vai modernizar 33 Esquilos do Exército

06.01.11 – Aeroeletrônica assina contrato para fornecimento de torretas para o Guarani

07.01.11 – Digicon acerta fornecimento de peças para aviões militares e satélites

06.01.11 – Cargueiro KC-390 atrai interesse da Rochwell

07.01.11 – Brasil perde mais duas empresas estratégicas

07.01.11 – Fábrica da Embraer em Portugal será ampliada

08.01.11 – Desgaste de parte da frota da FAB deve apressar decisão sobre a compra de caças

10.01.11 – Exército brasileiro recebe R\$ 10 bilhões para garantir cerco nas fronteiras – exército vai lançar um sistema de monitoramento de fronteiras

10.01.11 – Fx-2

11.01.11 – Segurança tem de ser política de Estado

11.01.11 – Área espacial terá mais pesquisadores, diz ministro

08.02.11 – Rafale internacional promove seminário com empresas brasileiras

08.02.11 – Fx-2

09.02.11 – FAB apoia Embraer em apresentação do Super Tucano para a USAF

09.02.11 – Jobim visita Flight Technologies e vai conhecer de perto os VANTS

09.02.11 – Fx-2

10.02.11 – Fx-2

12.02.11 – EUA acreditam ter assumido dianteira na venda dos caças

15.02.11 – Acordo Brasil-Itália sobre cooperação em armamentos é ratificado pela Câmara Italiana

16.02.11 – Corte orçamentário na defesa deverá ser de R\$ 4 bilhões

13.02.11 – Uruguai buscará cooperação com o Brasil em indústria aeronáutica

15.02.11 – Brasil pretende criar base sul-americana para ter “voz no mundo”

15.02.11 – Brasileiros chegam ao Líbano para comandar força naval da ONU

17.02.11 – Defesa e segurança, objetivos ampliados

18.02.11 – Fx-2

18.02.11 – Contatos Brasil-Índia na área de defesa

18.02.11 – EUA garantem ao Brasil transferência de tecnologia de caças

18.02.11 – Embraer Defesa e Segurança, em negociações com a ATECH e ORBISAT

23.02.11 – Governo brasileiro avisa ministra francesa que Rafale está no páreo

23.02.11 – Helicópteros da Força Aérea participam de operação de combate ao tráfico de drogas

18.02.11 – Brasil prepara lançamento inédito de foguete em 2012 mas uso é incerto

21.02.11 – Submarinos na mira do TCU

21.02.11 – Politização e verba escassa freiam renovação militar

21.02.11 – Defesa aérea frágil é principal problema

20.01.11 – KC-390 Corte deve afetar projeto da Embraer, diz comando da FEB

21.02.11 – EUA-Brasil em busca de uma aliança

22.02.11 – Defesa e política externa

23.02.11 – Embraer é a que mais cresceu em 2010

26.02.11 – Surge a KMW do Brasil Sistemas Militares

27.02.11 – Por caças, Brasil amplia negociações

01.03.11 – Despesas do Ministério de Defesa

28.02.11 – Jobim diz que cortes não atingirão compra de caças

01.03.11 – Indústria naval

01.03.11 – Centro de Instrução de Operações Especiais muda de sede

19.03.09 – Os gastos de defesa do Brasil: uma análise

30.03.09 – FX-2

24.03.09 – Análise Prospectiva – Planejamento Estratégico Nacional de Defesa

BIBLIOGRAFIA

- ALSINA, João Paulo Soares Júnior. *Política Externa e Poder Militar no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2009
- AMARAL, Bernardes do Amaral. *A Tríplíce Fronteira e a Guerra ao Terror*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010
- ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. São Paulo, Cia das Letras, 2009
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. *O Satânico Doutor Go: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1999
- BOBBITT, Philip. *A Guerra e a Paz na História Moderna: o impacto da política na formação das nações*. Rio de Janeiro, Campus, 2003
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005
- CARVALHO, Leonardo Arquimino, VERA, Cristián Garay e PEÑA, Juan Cayón (orgs). *Segurança e Defesa na América Latina*. Curitiba, Juruá, 2009
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional – formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo, Saraiva, 2008
- CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina – velhos e novos paradigmas*. São Paulo, Saraiva, 2007
- CHASIN, José. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 do Golpe Militar à Crise Social*. Santo André, Ad Hominem, 2000
- COUTINHO, A.A. Sergio. *Cenas da Nova Ordem Mundial*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2010
- CRETELLA, José Neto. *Terrorismo Internacional*. Campinas, Millennium, 2008
- DINGES, John. *Os Anos do Condor*. São Paulo, Cia das Letras, 2005
- DREIFUSS, René A. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Vozes, 1981
- FREITAS, Jorge Manoel da Costa. *A Escola Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2004
- GARCIA, Eugênio Vargas. *O Sexto Membro Permanente – O Brasil e a Criação da ONU*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012

HEISE, Marcio Roland. "A Artilharia Antiaérea como Requisito para a Proteção das Infraestruturas Críticas" in *X Ciclo de Estudos Estratégicos – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro, 2011

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo*. São Paulo, Paz e Terra, 2008

HOUTART, François e POLET, François. *O outro Davos – Mundialização de Resistências e de Lutas*. São Paulo, Editora Cortez, 2002

LEITE, Marcio Dantas Avelino. "Planejamento Estratégico das Forças Armadas Baseado em Capacidades: Reflexos para o Exército" in *Revista das Ciências Militares nº 24*. Rio de Janeiro, 2011

MATTOS, Meira Mattos. *A Geopolítica e as projeções do Poder*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977

_____, Meira Mattos. *Brasil Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979

MENDES, Candido. *A Razão Armada*. Rio de Janeiro, Garamond, 2012

MIYAMOTO, Shiguenoli. *O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1981

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (orgs). *Segurança & Defesa Nacional da Competição à Cooperação Regional*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 2007

OLIVEIRA, Henrique Altemani e LESSA ,Antonio Carlos. *Política Internacional Contemporânea*. São Paulo, Saraiva, 2006

_____, Henrique Altemani e LESSA ,Antonio Carlos. (orgs). *Relações Internacionais do Brasil – Temas e agendas*. São Paulo, Saraiva, 2006

PROENÇA, Domício Junior e DINIZ, Eugenio. *Política de Defesa no Brasil: uma Análise Crítica*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998

RAMOS, Carlos Eduardo De Franciscis. "A Implementação de Políticas Públicas para a Mobilização Nacional: a Inserção do Tema Mobilização no Livro Branco de Defesa" in *Revista das Ciências Militares nº 24*. Rio de Janeiro, 2011

REBELO, Aldo e FERNANDES, Luís (orgs). *Política de Defesa para o Século XXI*. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003

SADER, Emir e SANTOS Theotonio dos (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrian Sotelo (orgs). *A América Latina e os desafios da globalização*. Rio de Janeiro, PUC-Rio; São Paulo, Boitempo, 2009

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África Parceira do Brasil Atlântico – Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2012

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2010

UNGER, Roberto Mangabeira. *Necessidades Falsas*. São Paulo, Boitempo, 2005

_____, Roberto Mangabeira. *O que a Esquerda deve Propor*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008

VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. São Paulo, Contexto, 2008